



# AMPLA AJUDA MUNDIAL A JUSTA CAUSA DO EGITO

Ao inaugurar-se a Conferência de Londres, verificou-se que nas semanas transcorridas desde o ato de nacionalização do Canal de Suez, decretado pelo Presidente Nasser, as forças interessadas em uma solução pacífica se apresentam muito mais coordenadas do que poderiam supor os candidatos a agressores quando ensaiaram a campanha de intimidação contra o Egito. O Governo do Cairo já obteve o apoio taxativo de todo o mundo árabe desde a costa atlântica ao Índus e, além dele, ao Golfo de Bengala. Essa solidariedade expressa-se não apenas por parte dos Estados mais empenhados na luta anti-colonialista (Síria, Líbano, Tunísia,

etc.), e dos movimentos nacionais que ainda não obtiveram a vitória (como na Argélia) mas, também, foi manifestada por governos comprometidos em alianças "ocidentais" (Iraque, Irã, Paquistão). Dessa maneira, as tentativas anglo-francesas de socavarem a unidade árabe entraram em bancarrota. O Pacto de Bagdá que foi arquitetado sobretudo para reunir os países árabes em um sistema de manutenção colonial, aliado-los contra os países socialistas e entravar sua própria luta de libertação sofreu um novo golpe que pode significar sua ruína final. Tornou-se impossível à Inglaterra agir com mãos alheias para deprimir o Egito, ou contar com bases pró-

zimas para isso (exceto Chipre). Mas do que isso teria de deplorável, em caso de guerra, não apenas com o Egito mas, pelo menos, com a maior parte dos países da Liga Árabe.

## AMPLA AJUDA POLITICA

Não faltou, como não podia faltar aos egípcios, o auxílio político mais amplo da parte dos países socialistas. É precisamente graças à existência de um sólido sistema que se estende do Elba ao mar da China que os países do Oriente Médio e Próximo sentem-se hoje encorajados a atitudes decisivas que, num passado não distante, seriam rapidamente desfeitas pela ação conjunta dos imperialistas. A URSS contribui para moderar a sanha dos mais rapaces círculos que não podem desconhecer um fator internacional tão importante e, ao mesmo tempo, contribui com sua exigência de respeito à soberania do Egito para que se delineiem condições propícias a um entendimento pacífico. A nota diplomática da União Soviética relativa à reunião de Londres é uma análise completa do caráter da iniciativa anglo-franco-americana que ali definida como inadequada à situação, confusa nos termos convocatórios, incompleta quanto ao número de países convocados e apresada quanto à data de realização. Entretanto, o Governo da URSS comparece a Londres porque dos debates ali realizados podem surgir possibilidades de encaminhar entendimentos pacíficos sobre o assunto.

Um terceiro grupo de países, entre os quais sobressai a Índia, sustenta igualmente a causa do Egito no que tange à nacionalização da companhia de Suez. Aceitam, todavia, enviar delegados a

Londres a fim de estabelecer o diálogo necessário ao encaminhamento posterior da situação. Enquanto isso, a Grécia preferiu recusar-se pura e simplesmente a comparecer, embora utilize amplamente a passagem de Suez (cerca de 1.500.000 tons. em 1955).

## FADADA A DERROTA A INTERVENÇÃO

Assim, em torno da zona diretamente ameaçada e em suas adjacências existe uma ampla faixa de países que ou são aliados do Egito ou simpatizam com sua justa causa (se excepcionarmos a Turquia que ainda não se definiu). Uma intervenção assumiria, pois, o caráter de guerra expedicionária, fadada a derrota embora a custo de um alto preço. Se em 1955 não puderam os britânicos manter suas posições na Zona do Canal, graças à ação combativa dos comandos egípcios e à solidariedade que eles tiveram em todo o mundo, menos possibilidades haveria atualmente de conduzir à vitória uma guerra de banditismo que antes mesmo de desfeita já conta com a repulsa de todos os povos.

Por outro lado, os próprios círculos imperialistas estão longe de haver chegado a acordo sobre as medidas concretas a tomar. Além das vacilações norte-americanas (os trustes ianques não desejam jogar seus interesses na carta inglesa mas, pelo contrário, servem-se da crise para ganhar novas posições)



a opinião pública da Inglaterra, deixou a perplexidade dos primeiros dias e se mobiliza em prol de um entendimento. O Partido Trabalhista Britânico que, a princípio, sustentou as medidas militares ordenadas pelos conservadores no poder, já manifestou oficialmente desacordo com solução de força.

## NECESSÁRIO EVITAR O CONFLITO

As reiteradas afirmações do Governo egípcio de que está pronto a firmar acordos as-

securatórias da liberdade de navegação e sua proposta (deliberadamente vaga) de nova Conferência, mais ampla que a de Londres, retiraram aos imperialistas seus principais argumentos de preparação ideológica da intervenção.

Uma ação militar permanece pouco provável, pois reúne más condições de êxito. Entretanto se a sanha de alguns torná-la inevitável os povos saberão impôr aos imperialistas uma nova derrota, de amplitude maior que as anteriores. No momento, porém, a verdadeira tarefa é evitar o conflito.

## RECEBIDOS NO KREMLIN



Mohammed Dib, chefe da delegação parlamentar do Paquistão, que visita a União Soviética, é recebido, juntamente com seus companheiros, pelo Presidente do Presidium do Soviet Supremo da URSS, marechal K. E. Vorochilov (TASS).



## Delegação Parlamentar Uruguaia



Encontra-se há mais de uma semana no País do Socialismo realizando uma visita de boa vontade uma delegação parlamentar uruguaia. Os senadores e deputados do país irmão aparecem (na foto) no momento de sua chegada ao aeródromo moscovita de Vnukovo (TASS).



Crônica Internacional

# As Vésperas de Londres

Após haver extraído do prazo de que dispunha novas vantagens políticas, o presidente Nasser fixou, a 12 do corrente, a atitude do Egito em face da convocação anglo-franco-americana para uma conferência internacional em Londres, destinada a debater a internacionalização de Suez, segundo seus termos peremptórios, ou para estudar as medidas assecuratórias da livre navegação, tardia emenda de um porta-voz do Foreign Office.

A resposta do Egito confirma as previsões que vinham sendo feitas: o governo do Cairo recusa-se a participar de uma assembléia destinada a discutir indevidamente um assunto interno do seu povo e, ao mesmo tempo, aceita debater as garantias de livre navegação, em outra conferência, mais ampla e realizada em local diverso de Londres. Essa justa posição constituirá, no próximo período, um dos triunfos principais com que contarão os países interessados na defesa da paz para isolar os agressores potenciais do povo egípcio. Ela revela que o Governo do Cairo está em condições de utilizar em proveito de seu bom direito a firmeza e a serenidade indispensáveis. Sendo garantia de que não haverá recuos é, ao mesmo tempo, uma iniciativa que permitirá prosseguir as discussões além do círculo vicioso para que se encaminha a Conferência de Londres.

Se houvesse ocorrido uma recusa pura e simples, isso poderia agradar aos que supõem sempre útil a rispidez mas, de fato, arruinaria em grande parte a força mobilizadora que exerce sobre a opinião pública mundial e os governos democráticos a causa do Egito. Isso porque não teria permitido sondar até o âmago as verdadeiras intenções dos imperialistas em sua ameaça intervencionista e, na Conferência de Londres, a maioria com que contam os ingleses, franceses e americanos teria maiores facilidades de fazer aprovar uma resolução que imputasse o Egito de recusar o debate de um tema de interesse mundial,

como o da livre passagem dos navios de todas as bandeiras pela grande via marítima. Além disso, mesmo alguns governos que ora formam ao lado do Egito quanto à nacionalização da companhia de Suez, teriam dificuldades de apoiá-lo em uma recusa frontal no que tange às garantias do trânsito. Entretanto, apresentando uma saída para a situação, o Presidente Nasser criou novas condições para evitar novo e imediato paradoxismo da crise, o que, sem dúvida, facilita o encontro de uma solução pacífica.

"O Governo do Cairo — diz Nasser — dispõe-se em especial a iniciar conversações com os países da Convenção de Constantinopla de 1888, assim como com os países que se utilizam do canal de Suez, a fim de rever a Convenção de Constantinopla e concluir um novo tratado de garantia da liberdade de navegação".

Fora de uma saída desse tipo só restaria a alternativa guerreira que certos círculos financeiros insistem em forçar, embora em condições cada vez mais difíceis. Grande número de países recusou-se a aceitar o ponto de vista da convocatória, e isso diz respeito igualmente a Estados que até agora se dispuseram a enviar delegações a Londres como, por exemplo, a U.R.S.S. Dessa maneira, a Conferência de Londres ficará diante de uma alternativa: ou procura impor uma solução imperialista que não contará nem mesmo com o apoio unânime de seus participantes ou servirá, sobretudo, como um debate preliminar da verdadeira conferência sobre Suez que deverá ser proposta em seu próprio seio.

O perigo de guerra permanece e de sua intensidade só os próximos dias poderão dizer. Mas a solidariedade compacta do mundo árabe, dos países socialistas e democráticos e da opinião pública mundial ao Egito diminui o perigo de uma guerra que dificilmente poderia ser localizada. A manobra anglo-franco-americana fracassou até agora. Visava a isolar o Egito e, no entanto, são os imperialistas que se encaminham para o isolamento.

# João Neves Criou a CEME Para a Entrega de Minérios Aos EE. UU.

**OBJETIVO: BURLAR A LEI 1.310 (VENDA DE MINERAIS RADIATIVOS DE GOVERNO A GOVERNO), FAVORECER A ORQUIMA, LIQUIDAR COM O PRINCÍPIO DE "COMPENSAÇÕES ESPECÍFICAS" — TRAIADORES PATENTEADOS TRAGARAM A POLÍTICA ATÔMICA AINDA VIGENTE**

A Comissão de Exportação dos Minerais Estratégicos (CEME) foi criada, durante o governo de Vargas, pelo títular lanque João Neves da Fontoura a fim de propiciar a entrega de nossos minérios radioativos aos Estados Unidos.

Foi esta a principal revelação do próprio João Neves em seu depoimento, terça-feira, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara que investiga a orientação de lesa-pátria adotada em nossa política sobre energia nuclear.

## POR QUE FOI CRIADA A CEME?

A lei 1.310, do governo Dutra, promulgada após uma

vigorosa campanha, iniciada no Clube Militar, contra o saque de nossos minerais radioativos, estabeleceu o critério da venda desses minérios «de governo a governo». Somente o governo poderia vender, através de acordo, a outro governo, os materiais fissis. Além disso, em face de pareceres de autoridades militares e do Conselho de Pesquisas, esta venda deveria processar-se à base de compensações adequadas ao Brasil.

Apesar das várias brechas que oferecia, a lei 1.310 era, de qualquer modo, uma restrição ao livre saque pelos americanos, de nossas riquezas radioativas. Pelo menos, condicionava a venda de minérios a pareceres de órgãos

como o Conselho Nacional de Pesquisas e o Conselho de Segurança Nacional. Era necessário afastar do caminho este entrave. E João Neves surgiu com o decreto que constituiu a CEME.

## TALHADO PELA «ORQUIMA»

Da CEME participam representantes do Conselho Nacional de Pesquisas e do Conselho de Segurança Nacional. Mas em minoria e sem direito de veto. É assim dominada pela fina flor do entreguismo, escolhida a dedo pelo Itamarati. E assim constituída, a CEME passou a determinar à CACEX a dispensa de licença de exportação para que firmas como a «Orquima» vendessem minerais atômicos aos EE.UU. Por sua vez o governo norte-americano entregava esses minérios a firmas particulares: era um simples intermediário. Assim se liquidou, na realidade, o critério de venda de «governo a governo» e de «compensações específicas».

Como declarou o deputado Gabriel Passos, a Comissão de Inquérito, está de posse de todos os elementos comprovantes de que a CEME foi criada, unicamente com o fim de torpedear a ação do Conselho Nacional de Pesquisas e do Conselho de Segurança Nacional.

Não é por acaso que a redação do projeto que criou a CEME foi entregue a San Thiago Dantas, velho ás do entreguismo e parceiro de Schmidt em ligação com a «Orquima».

## DESVIO DE CORRESPONDÊNCIA SECRETA

Outros esclarecimentos à margem: o decreto executivo que criou a CEME não foi

## DENÚNCIA DOS ACORDOS

Violando disposições expressas da Constituição, todos os acordos e convênios firmados com os Estados Unidos sobre minérios radioativos e pesquisas atômicas foram sem a necessária aprovação do Congresso e à revelia dele.

Isto quer dizer que, de direito, esses são nulos, porque são ilegais. Devemos, por isso, exigir imediatamente a publicação e a denúncia imediata de todos eles.

referendado pelos ministros militares (pois era conhecida a posição do Estado Maior do Exército) contrária às exportações. Isto, apesar de tratar-se de assunto diretamente ligado à segurança nacional.

João Neves confirmou, também, o desvio da correspondência secreta do almirante Alvaro Alberto quando representante do Brasil na Comissão de Energia Atômica da ONU. Naquela Comissão o almirante por iniciativa própria, se opôs ao projeto lanque (plano Baruch) que punha as fontes de minerais radioativos sob controle dos Estados Unidos.

A correspondência secreta que enviou a respeito ao presidente Dutra não chegou às mãos deste. Teria sido apreendida pelos norte-americanos ou foi desviada no Itamarati? Clinicamente João Neves afirma que «talvez o general Dutra tivesse esquecido» de haver recebido correspondência de tamanha importância!

João Neves é um traidor patentado. Seu depoimento evidencia que a política atômica do Brasil tem sido traçada, de acordo com os interesses lanques, por homens como Neves e Juarez

## Semana Política

Numa manobra visível para alimentar a rearticulação da conspiração golpista-entreguista, o general Juarez Távora solicitou, esta semana, sua transferência para a reserva do Exército.

O principal pretexto para esta atitude foi a revelação, pelo deputado Archer, dos documentos secretos que indiciam o sr. Távora como um dos principais responsáveis pela entrega de nossos minerais radioativos, de sua pesquisa e prospecção e de toda a política brasileira sobre energia atômica, ao controle dos Estados Unidos. Tenta o sr. Távora aparecer como «última» de suposta perseguição, de uma «campanha de desmoralização» e quer fazer crer que os documentos que o inculcam irrevogavelmente com a pecha de vende-pátria tenham sido fornecidos pelo Ministério da Guerra.

A manobra de Juarez evidencia o desespero do imperialismo norte-americano e de seus agentes diante da consolidação das posições do movimento patriótico no Brasil. Estamos, queiram ou não queiram os setores entreguistas do governo, às vésperas de uma profunda revisão em nossa política relativa aos minerais atômicos, política até agora ditada pelos interesses norte-americanos. As graves revelações já recolhidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito e o efeito que provocaram na opinião pública são de molde a determinar uma reviravolta na orientação até agora seguida neste setor. Mas — é claro — tal modificação possa bem ser o início, através de ampla mobilização da opinião nacional, de sensíveis alterações em toda a nossa política externa, colocando-a de acordo com os interesses brasileiros.

Diante desta perspectiva o Departamento de Estado e a embaixada norte-americana procuram açular seus mais categorizados agentes, estimulando-os a se lançarem no caminho dos golpes e manobras para a instauração no país de uma ditadura liberticida — com ou sem Kubitschek.

É sintomático que, em editorial do «O Globo», comentando o pedido de Távora de desligamento do Exército, o agente lanque João Neves da Fontoura relacione, abertamente, a questão de saber se o Brasil deve continuar uma política de submissão aos EE.UU. — a política que defendem Távora e João Neves — ou seguir uma política de independência nacional. Juarez, diz o editorial de «O Globo», é um dos paladinos da primeira orientação. E pretende mantê-la, à medida que se avoluma o movimento patriótico, através de maquinacões e ameaças golpistas às liberdades democráticas.

## Organizar de Maneira Prática a Defesa da Liberdade de Imprensa

UM bom número de parlamentares têm-se pronunciado em defesa da liberdade de imprensa, verberando com energia as pretensões liberticidas do sr. Nereu Ramos da polícia política de fechamento da «Imprensa Popular». Senadores, deputados, vereadores não só reconhecem o direito de livre circulação de qualquer jornal, como têm destacado, ainda, o importante papel que a «Imprensa Popular» desempenha nas lutas patrióticas em defesa dos supremos interesses nacionais.

Este fato, por si só, demonstra a grande receptividade que encontra em todos os setores democráticos a luta em defesa da liberdade de imprensa, que neste momento se concretiza através da repulsa às ameaças de fechamento de jornais. Estas ameaças já se estendem, inclusive, à VOZ OPERÁRIA, particularmente visada numa representação do fascista Pena Boto que, a serviço de seus amos norte-americanos e estimulado pela guinada reacionária do governo Kubitschek, exige o fechamento de todos os órgãos que se levantam contra a dominação lanque no Brasil.

É necessário, portanto, que se dê, imediatamente, forma organizada à luta pela liberdade de imprensa, em defesa dos jornais ameaçados. Se é grande, imensa, a receptividade a esta luta, que é, no momento, o centro da própria luta pelas liberdades, em geral, não podemos esquecer que cresce o desespero dos monopólios norte-americanos e de seus agentes no governo diante dos êxitos alcançados por campanhas patrióticas de que participam destacadamente os jornais da imprensa popular. Neste desespero tudo tentarão para calar as vozes patrióticas, a começar pelos nossos jornais, como passo no sentido de maiores violações às liberdades democráticas. Unindo seus protestos é que os democratas poderão impedir quaisquer atentados às conquistas populares.

Por isso, desde logo, é necessário se organize em todo o país a campanha em defesa da liberdade de imprensa, fazendo dela participar amplamente os trabalhadores, jornalistas, intelectuais, estudantes, parlamentares, bem como organizações sindicais, estudantis, etc.

Imediatamente, uma verdadeira massa de telegramas ao Presidente da República, ao Ministro da Justiça ao Ministro da Guerra e à Câmara dos Deputados é a forma prática de fazer sentir, ao governo, que o povo exige respeito às franquias constitucionais e repele o fechamento de qualquer órgão de imprensa e discriminações ilegais contra jornais e jornalistas.

## O POVO CARIOCA PRECISA ELEGER, JÁ, SEU PREFEITO

Encontra-se ameaçada a concretização da autonomia do Distrito Federal, que somente será efetiva quando o povo carioca puder dirigir-se às urnas para eleger um prefeito de sua livre escolha, libertando-se dos prefeitos designados pelo Catete. Apesar de aprovada a emenda autonomista, o sr. Juscelino Kubitschek pretende garantir para o seu governo o direito de manter na Prefeitura do Distrito Federal pessoa por ele nomeada, transferindo para 1960 as eleições da Capital da República.

A Câmara dos Deputados, há mais de uma quinzena,

aprovou a emenda Chagas Freitas, dando prazo de 120 dias para a realização de eleições à Prefeitura do Distrito Federal. Contudo, derrotado na Câmara, o governo mobiliza todas as suas forças para impedir que a emenda passe no Senado. O sr. Filinto Müller, líder da maioria no Monroe, está realizando verdadeira pressão sobre senadores do PSD e do PTB para que sejam cumpridas as ordens do Catete.

Tudo isto vem mostrar a necessidade de uma ação imediata de todos os trabalhadores pela autonomia do Distrito Federal a fim de assegurarem a realização, no mais breve prazo, das eleições para a Prefeitura.

## QUEM É «ESTE INDIVÍDUO PADILHA»?

• FASCISTA INVETERADO QUE DESEJA A IMPLANTAÇÃO DE UMA DITADURA LANQUE NO BRASIL • ESPIÃO DE HITLER DURANTE A GUERRA • NÃO TEM AUTORIDADE MORAL PARA ACUSAR NINGUÉM

COM uma grosseira provocação elementos ligados à embaixada norte-americana e a Juarez tentam desviar as atenções do povo das graves e comprovadas acusações sobre a brutal intromissão lanque em nossa política referente aos minerais atômicos. As estardalosas revelações de documentos secretos, feita pelo deputado Renato Acher, tentam opor uma ridícula provocação sobre suposta «infiltração comunista no Exército», provocação forjada na «cruzada» do energúmeno Pena Boto e patrocinada pelo espião nazista Raimundo Padilha.

## RESPOSTA A ALTURA

A provocação tem um objetivo: o general Teixeira Litt e outros oficiais generais, como, por exemplo, o general Anor Teixeira dos Santos que adotaram clara e resoluta posição em defesa de nossos minerais atômicos. O Ministro da Guerra é acusado de haver dado postos de comando a «oficiais comunistas» e como tais são apontados militares que se destacaram nos campos de batalhas da Europa, durante

a guerra, ou nas campanhas patrióticas do Clube Militar.

O general Teixeira Litt respondeu à altura à baixa intriga: «Este senhor, declarou, referindo-se ao deputado Padilha, não merece resposta. Seu procedimento durante a última guerra lhe tirou autoridade moral para fazer qualquer acusação.»

## FASCISTA E ESPIÃO

De fato, que democrata ou simplesmente, que brasileiro digno, pode deixar-se impressionar pelas intrigas de Padilha?

Trata-se de um fascista, de um adepto de Hitler e de Mussolini, para o qual não podem deixar de ser «comunistas» todos os que se opõem ou opuseram à implantação de uma ditadura fascista no Brasil.

Trata-se, além disso, de um espião, de um traidor do Brasil, que só escapou à justa condenação de outros traidores, em face de determinadas injunções políticas (o apoio dos integralistas ao governo ditatorial de Dutra) e a fato de haver-se transformado, depois da guerra, em agente dos monopólios norte-americanos.

## QUEM ACUSOU PADILHA?

Quem apontou Padilha como espião confesso?

O próprio Serviço Secreto dos Estados Unidos. As atividades de Padilha durante a guerra estão arroladas no «Livro Azul» publicado pelo Departamento de Estado norte-americano, onde se apontam seus frequentes contactos com a espionagem nazista em Buenos Aires.

Padilha foi também desmascarado pelos funcionários do Banco do Brasil, que denunciaram à nação sua atividade quinta-colunista.

Finalmente, Padilha, foi acusado de espião por seus cúmplices: Túlio Régis do Nascimento e Melo Mourão, ambos condenados por espionagem a serviço de Hitler.

## PROVA IRREFUTÁVEL

Apesar da evidência, Padilha foi «inocentado», durante o governo de Dutra, pelos motivos já apontados. Mas, no próprio processo que o «inocentou» se lê: «Mais tarde foi incumbido (Túlio Régis) de des'acar ainda por solicitação de Becker, um emissário ao Norte, a fim de apresentar informes sobre as tropas americanas nas bases brasileiras de Salvador, Natal e Belém. Para isso, Melo Mourão procurou Raimundo Padilha, que se recusou a colaborar nessa tarefa...»

Ora, se Melo Mourão procurou Padilha para uma tarefa de espionagem de tal envergadura é porque este já se encontrava dentro da rede de espionagem nazista. Regeitou determinada tarefa, mas aceitou outras. Era de confiança. De tanta confiança que, tendo conhecimento da rede de espionagem (Túlio Régis Melo Mourão e caterva), sabendo as tarefas que eles executavam, deixou-os agir impunemente. Em tempo de guerra, espião é quem executa ordens de espionagem e também quem protege e oculta espões.

Para o traidor Padilha não há saída: ele é um dos responsáveis, direto ou indireto, mas consciente, de felonias que permitiu aos submarinos do Eixo o torpedeamento de navios brasileiros, ocasionando a morte de centenas de compatriotas.

# O TESTAMENTO DE LÊNIN

**NOTA DA REDAÇÃO** — Sob o título de "Documentos inéditos de V. I. Lênin", a revista "O Comunista", que se edita na União Soviética, em seu número 2, de junho do corrente ano, publica uma série de cartas inéditas de V. I. Lênin, que se revestem de enorme importância política e histórica. Desses documentos que se incluem entre os últimos trabalhos de Lênin, a VOZ OPERÁRIA publica no presente número a "Carta ao Congresso", conhecida sob a denominação de "Testamento de Lênin", em que o fundador do Partido Comunista e do Estado Soviético caracteriza alguns membros do C. C., assinalando seus traços positivos e negativos. De acordo com os desejos de Lênin, essa carta foi levada ao conhecimento das delegações presentes ao XIII Congresso do Partido, que em face das referências feitas aos defeitos de Stálin no trabalho partidário, examinaram a questão da transferência do posto de Secretário-Geral. As delegações presentes ao Congresso, no entanto, opinaram que Stálin deveria continuar no posto de Secretário-Geral, considerando que ele levaria em conta as observações críticas feitas por Lênin e saberia corrigir suas falhas.

Ao destacar esse documento, a VOZ OPERÁRIA adianta aos seus leitores que em futura edição publicará na íntegra os "Documentos Inéditos" de Lênin agora editados, que se compõem de três cartas: a chamada "Testamento de Lênin", que vai linhas abaixo, a carta "A atribuição de funções legislativas ao GOSPLAN" e a carta "O problema das nacionalidades ou da autonomização".

## CARTA AO CONGRESSO

Seria muito aconselhável que, no atual Congresso, fossem feitas várias modificações em nosso regime político.

Desejo transmitir-vos as considerações que julgo mais importantes.

Coloco em primeiro lugar o aumento do número de membros do C. C. até algumas dezenas e mesmo até uma centena. A meu ver, nosso Comitê Central estaria sujeito a grandes perigos se o desenrolar dos acontecimentos não fosse inteiramente favorável a nós (e isso não podemos prever) — se não empreendessemos tal reforma.

Em seguida, penso submeter ao Congresso a atribuição de caráter legislativo, em certas condições, às decisões do GOSPLAN, concordando nesse sentido, até certo ponto e em certas condições, com o camarada Trotski.

Quanto ao primeiro ponto, isto é, o aumento do nú-

mero de membros do C. C., penso ser necessário para elevar a autoridade do C. C. e para um sério trabalho que vise melhorar nosso aparelho e para evitar também que conflitos entre pequenas partes do C. C. possam ter uma importância demasiadamente grande para os destinos do Partido.

Penso que nosso Partido tem o direito de exigir da classe operária 50 a 100 membros para o C. C. e pode conseguí-los sem uma excessiva tensão de forças.

Essa reforma aumentaria consideravelmente a solidez de nosso Partido e lhe facilitaria a luta entre Estados hostis, luta que, a meu ver, pode e deve aguar-se muito nos próximos anos. Sou de opinião que graças a essa medida a solidez de nosso Partido ganharia mil vezes.

LENIN  
23 de dezembro de 1922

## CONTINUAÇÃO DAS ANOTAÇÕES 24 de dezembro de 1922

Entendo por solidez do Comitê Central, a respeito da qual falei acima, medidas contra uma cisão, porque tais medidas em geral podem ser tomadas. Pois, naturalmente, o guarda branco de «O Pensamento Russo» (ao que parece o sr. S. F. Oldenburg tem razão quando, em seu jôgo contra a Rússia Soviética em primeiro lugar deposita suas esperanças numa cisão de nosso Partido e, em segundo lugar, quando confia nessa cisão baseando-a em seríssimas divergências no Partido.

Nosso Partido se apóia em duas classes e por isso torna-se possível a sua instabilidade e é inevitável sua decadência se entre essas duas classes não puder haver acordo. Nesse caso é inútil tomar essas ou aquelas medidas e tecer considerações, em geral, a respeito da solidez do nosso C. C. Nenhuma medida, nesse caso, será capaz de evitar a cisão. Espero, entretanto, que se trate de um futuro demasiadamente distante e de um acontecimento muito improvável para dele se falar.

Refiro-me à estabilidade como garantia contra uma ci-

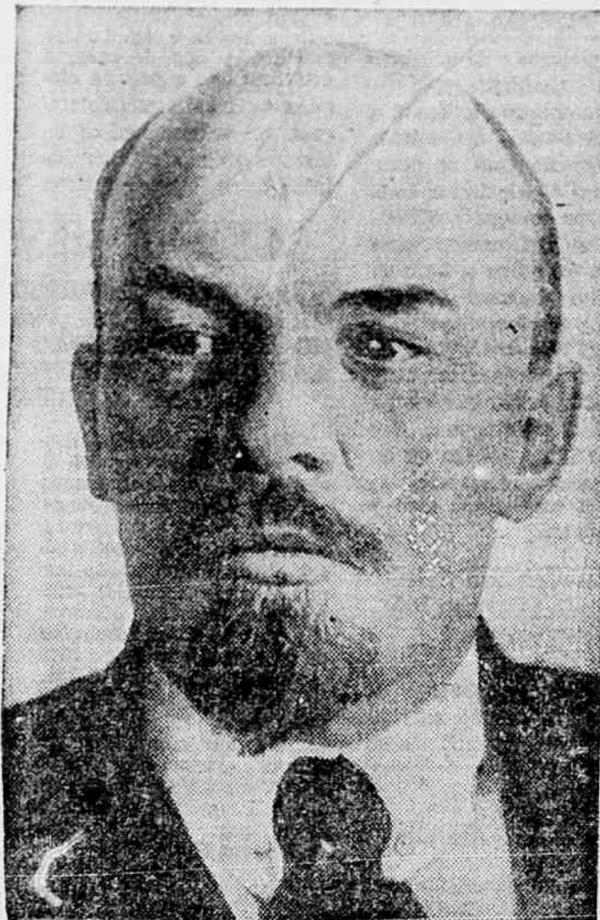
são em futuro imediato e é meu propósito tecer aqui várias considerações de caráter puramente pessoal. Penso que o fundamental na questão da estabilidade, do ponto de vista mencionado, são menos membros do C. C. do tipo de Stálin e Trotski. As relações entre eles representam o maior perigo, mais da metade do perigo da cisão que poderia ser evitada e para evitá-la, é minha opinião que deve servir entre outras coisas, o aumento do número de membros do C. C. para 50 ou para 100 pessoas.

Tornando-se secretário geral, o camarada Stálin concentrou em suas mãos um poder ilimitado, e não estou certo de que saberá sempre usar esse poder de maneira suficientemente cuidadosa. Por outro lado, o camarada Trotski, como já revelou sua luta contra o C. C. em ligação com o problema do N. K. P. S., não se distingue só por grande aptidão. Pessoalmente talvez seja ele a pessoa mais capaz do atual C. C., mas é excessivamente auto-suficiente e revela demasiada atração pelo aspecto puramente administrativo das questões.

Essas duas qualidades de dois destacados dirigentes do atual C. C. podem talvez provocar uma cisão que, se o nosso Partido não tomar medidas para a impedir, pode sobreviver inesperadamente.

Não continuarei a caracterizar outros membros do C. C. por suas qualidades pessoais. Lembro apenas que o episódio de outubro com Zinóviev e Kámenev (1) não foi, evidentemente, casualidade, mas a culpa desse episódio tampouco lhe (\*) pode ser atribuída pessoalmente, assim como ao não-bolchevismo de Trotski.

Entre os jovens membros do C. C., desejaria dizer algumas palavras sobre Bukharin e Piatakov. A meu ver, trata-se dos elementos mais proeminentes (entre os jovens) e a seu respeito é preciso ter em vista o seguinte: Bukharin não é só um teórico do Partido, de grande valor e muito seguro, como também se considera legitimamente o favorito de todo o Partido, mas suas concepções teóricas somente com grandes dúvidas podem ser atribuídas a um marxista completo, pois tem algo de escolástico (ele nunca estudou e, penso, nunca entendeu plenamente a dialética).



25. XII. E agora, Piatakov. É uma pessoa indubitavelmente de poderosa vontade e de grande capacidade, mas demasiadamente atraída pela burocracia e pelo lado administrativo das questões para que possamos nele confiar numa questão política séria.

É claro que tanto uma como outra observação é feita apenas em relação ao presente e de forma conjetural, pois ambos esses eminentes e dedicados companheiros poderão completar seus conhecimentos e modificar seu unilateralismo.

LENIN  
25-XII-1922

## ADITAMENTO A CARTA DE 24 DE DEZEMBRO DE 1922

Stálin é demasiadamente grosseiro, e essa debilidade, de todo tolerável em nossos meios e nas relações entre nós, os comunistas, torna-se inadmissível nas funções de secretário geral. Por isso, proponho que os camaradas discutam o meio de transfe-

rir Stálin desse posto e de indicar para esse lugar outra pessoa que em todos os outros sentidos se distinga do camarada Stálin apenas por uma vantagem, isso é, seja mais paciente, mais leal, mais cortês e mais atento para com os companheiros, menos caprichoso, etc. Essa circunstância pode parecer uma ninharia insignificante, mas penso que, do ponto de vista de evitar uma cisão e do ponto de vista do que acima escrevi sobre as relações mútuas entre Stálin e Trotski, não se trata de uma baratela ou de um detalhe que pode adquirir importância decisiva.

LENIN  
4-1-1923

## CONTINUAÇÃO DAS ANOTAÇÕES 26. XII. 1922

O aumento do número de membros do C. C. até 50 ou até mesmo 100 pessoas deve servir, a meu ver, a duas ou até mesmo a três finalidades; quanto maior for o número de membros do C. C. tanto mais domínio se terá do trabalho do C. C. e tanto menor será o perigo de cisão resultante de qualquer imprudência. A incorporação de muitos operários ao C. C. ajudará aos operários a melhorar nosso aparelho, que está muito longe de ser satisfatório. Em essência, herdamos do velho regime porque foi de todo impossível refazê-lo em prazo tão curto, particularmente em virtude da guerra, da fome, etc. Por isso, aos «críticos» que nos apontam, com zombaria e malícia, os defeitos de nosso aparelho podemos responder tranquilamente que estas pessoas não compreendem absolutamente as condições atuais da revolução. Em cinco anos é em geral impossível refazer convenientemente o aparelho, em particular nas condições em que desenvolveu aqui a revolução. É uma obra suficientemente gigantesca o havermos criado em cinco anos um novo tipo de Estado em que os operários marcham à

frente dos camponeses contra a burguesia e isso numa situação hostil. Mas a consciência disso de forma alguma deve esconder o fato de que, em essência, herdamos o velho aparelho do tsar e da burguesia e de que, agora, com a paz e a satisfação das necessidades mínimas contra a fome, toda a atividade deve orientar-se no sentido de melhorar o aparelho.

Vejo essa questão de um modo que algumas dezenas de operários, ingressando no C. C., possam melhor do que quaisquer outros promover o controle, o aperfeiçoamento e a renovação de nosso aparelho. A Inspeção Operária e Camponesa, a que cabia essa função no início, não pode realizá-lo e só pode ser empregada como «apêndice» ou como auxiliar, em certas condições, para esses membros do C. C.

Os operários que integram o C. C. devem ser, na minha opinião, principalmente entre aqueles que serviram algum tempo nos Soviets (nesta parte da minha carta incluo sempre os camponeses no número dos operários) pois estes operários já possuem conhecidas tradições e predisposições, contra as quais é preciso lutar.

Devem ser membros do C. C. principalmente os operários que se encontram abaixo da camada que se destacou entre nós como funcionários soviéticos e que estão próximos dos operários e dos camponeses de base, mas que no entanto não pertencem à categoria dos exploradores diretos ou indiretos. Penso que comparando a todas as sessões do C. C., a todas as reuniões do Biro Político e lendo todos os documentos do C. C., esses operários poderão constituir um quadro de partidários dedicados do regime soviético, capazes, em primeiro lugar, de dar estabilidade ao próprio C. C., e, em segundo lugar, de serem capazes de realmente trabalhar pela renovação de nosso aparelho.

LENIN  
26-12-1922

(1) Refere-se à conduta capitulacionista de Zinóviev e Kámenev nas sessões realizadas pelo C. C. do Partido a 10 (23) e 16 (29) de outubro de 1917, quando se manifestaram e votaram contra a resolução leninista a respeito do preparo imediato do levante armado. Firmemente rechaçados em ambas as sessões do C. C., Kámenev e Zinóviev publicaram a 18 de outubro no jornal menschevique «Nova Vida» uma declaração de que os bolcheviques preparavam o levante e de que eles o consideravam uma aventura. Revelaram, assim, a Rodzianko e a Kárenski o maior segredo do Partido — a decisão do C. C. de organizar o levante imediato. No mesmo dia V. I. Lênin condenou esse procedimento na «Carta aos membros do Partido Bolchevique», chamando-o de furacismo sem precedentes.

(\*) Evidentemente, trata-se de um lapso: ao invés de «lhes deve ser» (Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao C. C. do P. C. U. S.).

## DISCUTE O P. C. DA ARGENTINA O XX CONGRESSO DO P.C.U.S.

O COMITÊ Central do Partido Comunista da Argentina realizou uma reunião plenária com o fim de discutir os ensinamentos do XX Congresso do PCUS. Anteriormente o CC reuniu-se para ouvir o relatório do secretário-geral do Partido, Victorio Codovilla, sobre a condenação, pelo XX Congresso, do culto à personalidade de Stálin e de suas consequências. O CC transmitiu a todo o Partido os fatos relatados, que vêm sendo discutidos nas organizações partidárias.

Apresentou o Informe principal à reunião plenária o camarada Victorio Codovilla, que analisou as principais teses teóricas formuladas no Informe de N. S. Kruschiov, detendo-se na importância dessas teses para o desenvolvimento do movimento operário internacional e a salvaguarda da paz mundial.

O Informe faz um balanço da atual situação interna do país, apontando os caminhos para conduzir a Argentina à democracia e assegurar a independência nacional. O Partido Comunista da Argentina propõe a unificação de todas as forças democráticas, nacionais e progressistas para alcançar aqueles objetivos.

Depois de traçar as tarefas do Partido na atual

situação, diz o Informe: «Necessitamos intensificar o recrutamento nas grandes fábricas e empresas para dar base sólida à organização do Partido e necessitamos, sobretudo, recrutar mais entre os camponeses, se efetivamente queremos criar condições favoráveis para a aliança operário-camponesa, em torno da qual poderão formar todas as forças democráticas e patrióticas».

O Informe insiste na necessidade de impulsionar a democracia interna em todos os órgãos do Partido, de ouvir a opinião e as sugestões dos militantes sobre os problemas da política do Partido, na necessidade do Partido atuar entre as massas, vencendo o sectarismo. «O perigo principal que pode enterrar o trabalho do Partido na realização da ampla política de unidade — afirma — é o sectarismo, quer dizer, a não compreensão de que, nas condições atuais, nacionais e internacionais, o essencial é a realização de uma política ampla, mas de princípios, que tenda à unificação de todas as forças democráticas nacionais e patrióticas».

«O melhor remédio contra o sectarismo — conclui — é, atualmente, o estudo e a assimilação dos materiais do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética».

**PODEROSAS CORRENTES POLÍTICAS RECONHECEM:**

# "A Política Exterior do Brasil é Uma Política de Submissão"

A necessidade de uma modificação em nossa política internacional é, hoje, reconhecida pelos mais amplos setores da opinião nacional.

Ainda à semana passada, expondo a posição oficial do PTB, o deputado José Alves declarava: «A política externa do Brasil é de submissão». Outra não é a conclusão a que chegou o líder da maioria, deputado Vieira de Melo, ao constatar, em discurso de larga repercussão, que deixamos sempre aos EE. UU. «o papel de árbitro, nem sempre generoso, do enquadramento de nossos problemas!». O deputado Leoberto Leal, também do PSD, dizia, há pouco, a um verpetino carioca que, «para acompanharmos a evolução que se opera rapidamente no mundo, devemos tomar outra atitude em nossas relações internacionais».

☆ AFIRMAÇÃO, EM CARÁTER OFICIAL, DE UM REPRESENTANTE DO PTB ☆ A POSIÇÃO DA «ALA MOÇA» DO PSD ☆ DECLARAÇÕES DO PSB E DO PSP

## RECLAMO NACIONAL

No mesmo sentido pode-se citar a nota do PSP, divulgada meses atrás, na qual se reclamava, com justa razão, o estabelecimento de relações comerciais com a União Soviética e todo o mercado socialista. A mesma reivindicação é defendida pelo PSB, reclamada por de-

putados udenistas como o sr. Newton Carneiro.

Na verdade, basta um mínimo de sentimento patriótico para verificar-se que nosso país vem sendo gravemente lesado com o tipo de relações que atualmente mantém em face dos Estados Unidos. Os dados são irrefutáveis.

### EXPORTAMOS DÓLARES PARA OS ESTADOS UNIDOS

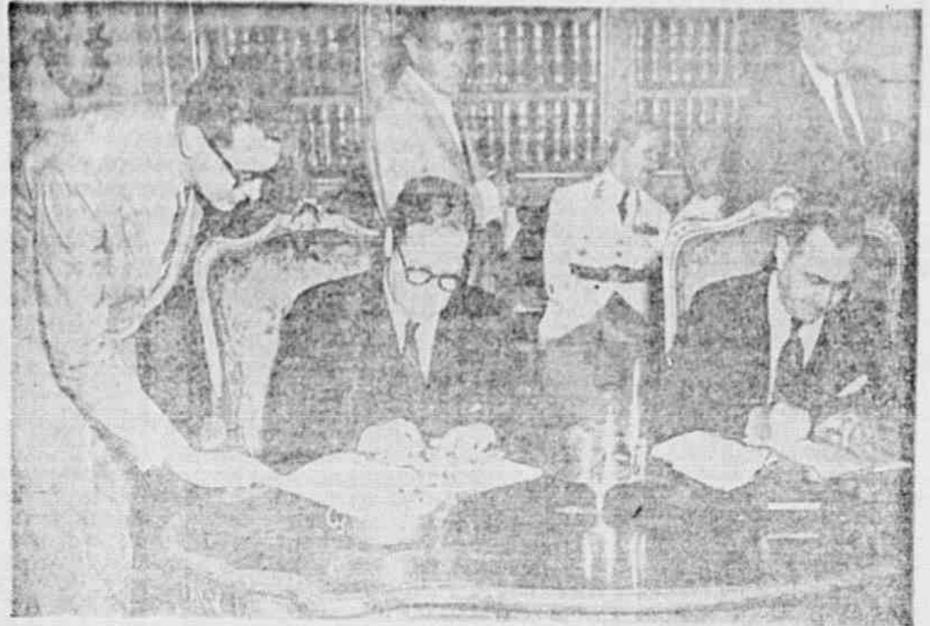
País ainda subdesenvolvido, o Brasil tem necessidade de capitais para a sua expansão econômica, indispensável ao melhoramento do nível de vida das massas populares.

Entretanto, em virtude das facilidades ilimitadas que o governo concede aos Estados norte-americanos, exportamos, anualmente, somas fabulosas de capitais para os Estados Unidos.

De 1947 a 1955 exportamos 1 bilhão, 500 milhões e 100 mil dólares — mais 140 milhões e 90 mil dólares do que todos os capitais entrados no país, durante o mesmo período. Além disso pagamos anualmente aos armadores norte-americanos (que impedem, por todos os meios que estão à disposição dos brasileiros transportem parte substancial das nossas importações e exportações) cerca de 200 milhões de dólares.

### PREJUÍZOS NO COMÉRCIO EXTERIOR COM OS EE. UU.

Em nosso comércio externo estamos virtualmente



«A política exterior do Brasil é de submissão», afirmou, em nome do PTB, o deputado José Alves. Um dos principais instrumentos desta submissão é o Acórdão Militar Brasil-Estados Unidos, assinado pelo lajeiro João Neves da Fontoura e o embaixador Hershell Johnson (na foto)

sujeitos aos preços ditados em Nova Iorque. Os americanos compram as nossas mercadorias aos mais baixos preços e nos vendem as deles aos preços mais elevados. Basta dizer que uma saca de café é vendida, hoje, nos EE. UU., quase pela metade do preço de 1913! Enquanto isto, os preços das mercadorias americanas que compramos são, atualmente, 300 e 400 por cento mais elevados. Segundo cálculos da

revista «Conjuntura Econômica» temos, no comércio com os EE. UU., um prejuízo de cerca de 24% do valor das mercadorias vendidas. Isto representa perto de 200 milhões de dólares, anualmente.

### SAQUE DE NOSSAS RIQUEZAS

Agora mesmo, com a discussão de nossa política no setor da energia atômica, vem à luz que, através de intoleráveis imposições, os EE. UU. se têm apropriado de nossos minerais radioativos sem qualquer compensação razoável, além de controlarem a pesquisa desses minérios no país e impedirem que progredamos no sentido industrial. Basta dizer que, entregando aos EE. UU. — só nos últimos anos — 25 mil toneladas de minerais radioativos, o Brasil não conseguiu obter sequer um reator atômico, enquanto países como a Índia, o Egito e outros, sem sacrifício de suas reservas minerais, já têm em funcionamento reatores atômicos.

### OS EMPRÉSTIMOS NORTE-AMERICANOS

Pagando baixos preços por nossas mercadorias e vendendo-nos as suas a preços elevados, os EE. UU. levam o Brasil a constantes crises de divisas. Isto obriga o governo brasileiro a contrair empréstimos sobre empréstimos nos EE. UU. para pagamento aos fornecedores norte-americanos.

Esses empréstimos são uma forma de sucção da renda nacional.

Em dezembro do ano passado já eram os seguintes os compromissos de pagamentos cambiais do Brasil com

os Estados Unidos, a título de juros e amortizações de empréstimos: 1953 — 110 milhões de dólares; 1957 — 133 milhões de dólares; 1958 — 145 milhões de dólares; 1959 — 167 milhões de dólares. De 1947 a 1955 pagamos aos EE. UU. como juros e amortizações de empréstimos, 626 milhões de dólares.

Evidentemente, bastaria os EE. UU. pagarem ao Brasil o justo preço pelo nosso café (com os atuais temos um prejuízo de 200 milhões de dólares anualmente) para prescindirmos desses empréstimos que oneram pesadamente, de ano a ano o balanço de pagamentos do Brasil.

É necessário acrescentar que uma das condições dos empréstimos norte-americanos é a de que apliquemos esses dólares, exclusivamente, para pagamento aos credores ianques ou a compra de mercadorias nos EE. UU. sem concorrência e a preços de monopólio.

### IMPOSIÇÕES POLÍTICAS

Esta dependência econômica acentuada aos EE. UU. é sempre acompanhada de imposições políticas atentórias à soberania e aos interesses nacionais. Um exemplo disso é o Acórdão Militar Brasil-EE. UU. que pretende obrigar o Brasil a se envolver em qualquer conflito provocado pelos EE. UU., a ceder-lhes bases militares, a só comerciar com os países que os americanos consentirem.

## EM QUE SENTIDO MUDAR A POLÍTICA EXTERIOR?

O primeiro passo para que o Brasil se encaminhe no sentido de uma política exterior independente é o estabelecimento de relações econômicas e diplomáticas com todos os países do mundo. Mais concretamente: o estabelecimento de relações econômicas e diplomáticas com a União Soviética, a República Popular da China, a Bulgária, a Romênia, a Hungria e a Albânia, países com os quais não mantemos relações, por imposição do governo norte-americano.

### ESCAPAR À DITADURA IANQUE DOS PREÇOS

O primeiro resultado do estabelecimento dessas relações seria a quebra do monopólio exercido pelos Estados Unidos em nosso comércio exterior. Comerciando com o mercado socialista, onde poderíamos colocar facilmente grandes quantidades de produtos, escaparíamos à ditadura de preços imposta pela Bolsa de Nova Iorque. Venderíamos nossas mercadorias a quem lhes oferecesse melhores preços.

Sabe-se, por exemplo, que a U.R.S.S. adquire cada vez maior quantidade de café brasileiro, a preços verdadeiramente fabulosos, através da Inglaterra, da Finlândia e outros países. Atualmente há condições de colocarmos no mercado socialista cerca de cinquenta por cento da quantidade de café que vendemos aos EE. UU., todos os estoques de algodão, grandes partidas de cacau, de couros, etc. O mercado socialista pode absorver, de imediato, os estoques de mercadorias adquiridas pelo governo para sustentar os preços internos e que orçam a cerca de 15 bilhões de cruzados. Este seria um caminho certo para o combate à inflação.

### PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

Em troca, poderíamos receber da União Soviética instalações industriais completas, máquinas-ferramenta, equipamentos, petróleo, matérias primas indispensáveis ao nosso desenvolvimento econômico.

Em Moscou, autoridades soviéticas prontificaram-se, diante de uma delegação parlamentar brasileira, a fornecer ao Brasil fábricas completas, que seriam pagas em cruzados, com os quais a U.R.S.S. adquiria no Brasil mercadorias nacionais.

Além disso, ao contrário dos EE. UU., os países socialistas se dispõem a entregar cinquenta por cento dos fretes das mercadorias compradas e vendidas a navios brasileiros. Este seria o caminho para melhorar sensivelmente a situação do Lóde Brasileiro.

### OBRIGAR O GOVERNO A MUDAR DE RUMO

Oficiosamente, o governo brasileiro está a par de todas as propostas e ofertas comerciais da U.R.S.S. e de outros países do campo socialista. Mas, em face de uma submissão revoltante ao imperialismo ianque, não deu, por último, sequer um passo para concretizar um proveitoso intercâmbio econômico e comercial. Os prejuízos que sofre o Brasil com esta atitude são imensos. Urge evitá-los obrigando o governo, através de um movimento organizado de opinião, a mudar de rumo.



Uma delegação parlamentar brasileira visitou a U.R.S.S., a República Popular da China e outros países socialistas, chegando à conclusão de que imensas vantagens terá o Brasil mantendo relações com esses países. (Na foto: o deputado Dixhuil Rosado palestra, em Pequim, com o capitalista chinês Jung Yi-jen.)



UM NÚMERO muito pequeno de latifundiários domina mais da metade das propriedades rurais do Brasil. Segundo o Censo Agrícola de 1950, havia, no país, 69.810 propriedades agropecuárias, com área de 590 a 100.000 hectares. Deve-se considerar que o número de propriedades é maior que o de proprietários. A unidade censitária usada pelo IBGE é o estabelecimento agropecuario e, conseqüentemente, um grande fazendeiro é dono de mais de uma fazenda ou estabelecimento agropecuario. Podemos afirmar, pois, que não vai a mais de 60 mil o número de latifundiários, para uma população ativa de cerca de 10 milhões na agricultura.

Essa pequena minoria de parasitas explora brutalmente a imensa maioria do campesinato e dos trabalhadores rurais, entrava o desenvolvimento da agricultura e monopoliza o domínio político do interior do país, convertendo os órgãos do poder — desde a polícia até a justiça — em instrumentos destinados ao seu completo serviço. São eles o principal sustentáculo da dominação imperialista no Brasil, na qual se apóiam para manter sua dominação de classe e para sublevar seus interesses aos da maioria esmagadora da nação. São eles o principal inimigo da reforma agrária e, portanto, do progresso do país.

# REFORMA AGRÁRIA, ASPIRAÇÃO DE MILHÕES DE CAMPONESES E EXIGÊNCIA DO PROGRESSO NACIONAL

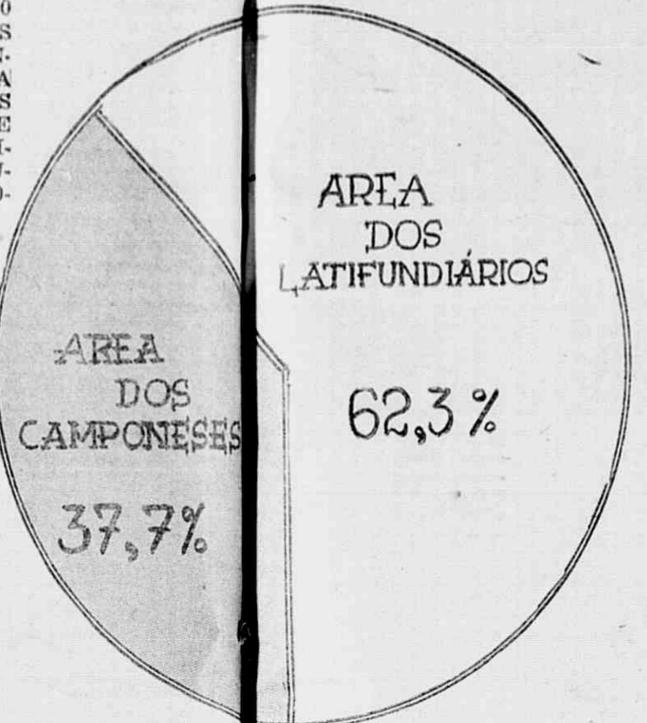
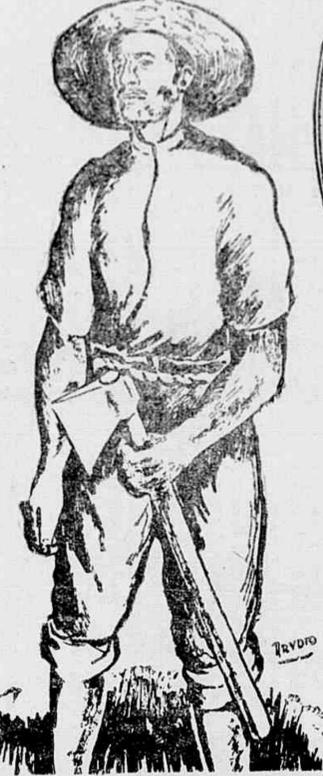
A REFORMA agrária está na ordem do dia. Não somente os camponeses a reclamam. Ponderáveis setores da opinião nacional defendem-na, compreendendo-a como indispensável ao progresso do país. Pela reforma agrária já se manifestaram as entidades nacionais do comércio e da indústria, boa parte da imprensa — inclusive jornais conservadores como o «Correio da Manhã» — líderes políticos dos diversos partidos, chefes militares como o Ministro da Guerra, general Teixeira Lott, os sindicatos, as organizações estudantis, numerosas assembléas legislativas estaduais e municipais. Esse movimento de opinião reflete-se, hoje, no Parlamento, onde os representantes dos latifundiários já não podem evitar a discussão da matéria. Tudo indica que, nos próximos dias, a Câmara Federal — onde há mais de um projeto de reforma agrária nas gavetas — iniciará essa discussão. As massas camponesas, principais interessadas na extinção do latifúndio semifeudal, têm, atualmente, todas as condições para conquistar êxito, desde que saibam intensificar sua luta pela grande reivindicação democrática.

**MILHÕES DE CAMPONESES SEM TERRA**

O Censo Agrícola de 1950 registra um total de 2.064.527 propriedades rurais (estabelecimentos agropecuários) com uma área global de 232.703.474 hectares. Destas propriedades, 69.810, com uma área de 590 a 100.000 hectares, são os latifúndios. Chegamos, pois, a esta aberração: menos de 3% do número de proprietários (cerca de 60 mil latifundiários) ocupam 62,3% da área total das propriedades. Enquanto isso os pequenos proprietários (propriedades com áreas até 20 hectares), que somam 1.056.212, ocupam apenas 3,4% da área global das propriedades agropecuárias! Eis a realidade do latifúndio.

Isso, porém, não é tudo. Mesmo considerando-se o número de proprietários igual ao de propriedades, temos, no país, ainda de acordo com o último Censo Agrícola, pouco mais de 2 milhões de proprietários rurais. Segundo as últimas estatísticas, a população ativa na agricultura, pecuária, silvicultura e extração vegetal é de 12.842.908 pessoas. Isso quer dizer que, em nosso país, mais de 10 milhões de pessoas que vivem no campo não possuem terra. Trabalham em geral nas terras dos latifundiários, sujeitos à mais brut-

60 MIL LATIFUNDIÁRIOS, 10 MILHÕES DE CAMPONESES SEM TERRA — OS LATIFUNDIÁRIOS OCUPAM 62,3% DA ÁREA DAS PROPRIEDADES — NA QUASE TOTALIDADE DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS A ENXADA É O INSTRUMENTO AGRÍCOLA PREDOMINANTE



## O LATIFÚNDIO, FATOR DO ÊXODO

O LATIFÚNDIO é o principal fator do êxodo. Os portadores dos latifúndios tentam ocultar essa verdade afirmando com a boca que procuram fazer o bem aos camponeses que vivem no agrário destino emigram. Os fatos, porém, demonstram eloquentemente estas alegações.

Segundo as estatísticas oficiais, no período entre os dois últimos censos (1950 e 1954), as populações rurais cresceram apenas 17,4%, enquanto as urbanas tiveram um aumento de 41,5% e as suburbanas de 58,8%. Isso se deve, evidentemente, às migrações procedentes do campo. O censo demográfico de 1950 revela que, na época, 5 milhões e 200 mil brasileiros viviam em unidades federadas diversas das de origem. Estes milhões de pessoas não se deslocaram somente do Nordeste. Ao contrário, não é de nordestinos o maior contingente. O maior é de Minas Gerais, Estado que, praticamente, não é atingido pelas secas. Em 1950 havia, em outros Estados da federação, 1.567.239 mineiros, 205.576 gaúchos, 147.864 capixabas, 507.248 paulistas, 504.150 fluminenses, etc.

As perdas por emigração, relativamente às populações, atingem a 21% no Rio de Janeiro, 17% em Alagoas, 16% no Espírito Santo, 15% em Minas, 14% no Acre, 13% no Piauí e na Paraíba. Não se pode, pois — inclusive pelo nordeste — responsabilizar o clima pelo êxodo e por suas trágicas conseqüências.



## Agricultura da Enxada

ESTA no latifúndio o principal fator do atraso da agricultura brasileira. Em nosso país predomina os métodos mais primitivos de cultivo da terra. Segundo o Censo Agrícola de 1950, apenas 23,4% das propriedades empregavam arados. Destes, 85,2% concentram-se no sul do país. Quanto ao uso de tratores, a situação, é ainda, mais grave. Embora tenha havido um enorme aumento de seu número, entre 1940 e 1955, estimava-se em apenas 40 mil o número de tratores em uso na agricultura, no ano passado. A França, cujo território é cerca de 14 vezes menor que o do Brasil, conta com um número de tratores quase sete vezes maior do que nós. A França possui um trator para cada 85 hectares de lavoura; a Austrália, um para cada 77 hectares; os Estados Unidos, um para cada 47,6 hectares; a Argentina, um para cada 600,1 hectares; o Brasil possui um trator para cada 2.368 hectares de lavoura.

Um inquérito da Comissão Nacional de Política Agrária revela que as queimadas são um método usual em 92% dos municípios da região Norte, 90,3% da região Nordeste, 89,7% da região Leste, 87,3% da região Sul e 96,4% da região Centro-Oeste. O emprego de arados é feito em proporções ínfimas. O trato da terra, quando se faz, é feito pelos métodos mais primitivos.

O mesmo inquérito da CNPA indica as proporções em que a enxada é o instrumento agrícola predominante nos municípios das diversas regiões do país.

Eis os resultados: Região Norte — 100%; Região Nordeste — 99,3%; Região Leste — 100%; Região Sul — 94,7%; Região Centro-Oeste — 100%.

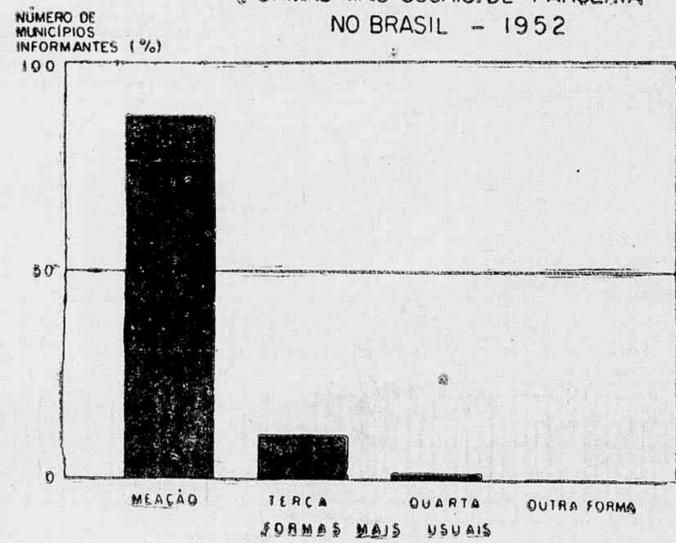
Empregando-se métodos tão atrasados de cultivo, só podem ser baixos os índices de nossa produção agrícola. O crescimento desta é inferior ao próprio crescimento da população. Ainda mais: em conseqüência do abandono e do atraso, as culturas ficam inteiramente à mercê do clima, o que causa aos camponeses enormes prejuízos e faz baixar ainda mais o volume das colheitas. Em 1955, segundo cálculos autorizados, a produção agrícola nacional sofreu uma queda de 12% com relação a 1954.

Tudo isso quer dizer que a produção agrícola do país não dá para alimentar nosso povo: em 1955 produzimos, por habitante, 6 quilos e meio de arroz, 2 quilos e 300 gramas de feijão, 1 quilo e 600 gramas de trigo, 3 quilos e meio de açúcar. Não pode ser de outro modo tanto mais se considerarmos que a área das propriedades não chega a 35% da área cultivável do país e que são cultivados apenas 9,5% da área das propriedades. O latifúndio é, por natureza, improdutivo.

Esta é a realidade no Brasil. E esta realidade demonstra que a reforma agrária é uma necessidade madura, é medida indispensável ao progresso da agricultura, ao desenvolvimento da economia nacional, à elevação do nível de vida de milhões de brasileiros que, hoje, vivem famintos e seminus.

## Parceria, Brutal Forma de Exploração

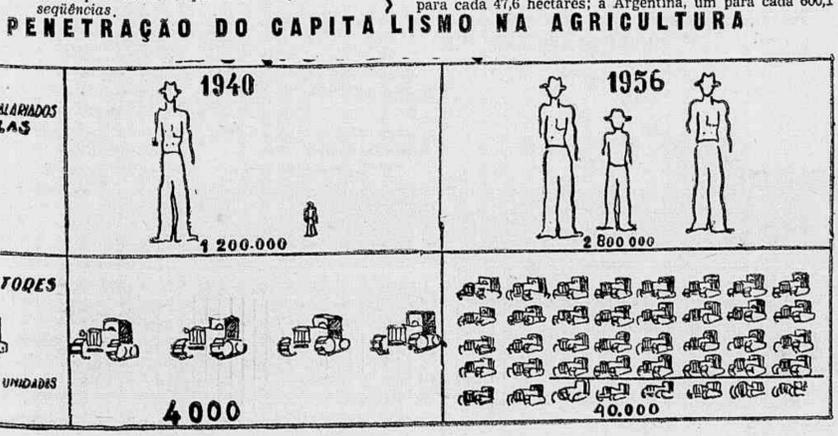
A PARCERIA é uma das sobrevivências feudais mais comuns no país: o camponês sem terra planta na terra do latifundiário e lhe dá, gratuitamente, parte da produção. É a meia e a terça, a quarta, etc. Em geral é usada a meia, brutal forma de exploração em que o latifundiário fica com a metade da colheita. Um inquérito da Comissão Nacional de Política Agrária revela que, em 1.469 municípios, a meia predominava em 87,11% (a terça em 10,61%). Na região norte do país essa percentagem alcançava 100% e na região centro-oeste 91,46%. O gráfico mostra as proporções das diversas formas de parceria usuais no interior brasileiro.



## A REFORMA AGRÁRIA DE OS CAMPONESES DESEJAM

A UNIÃO dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil caracteriza da seguinte maneira a reforma agrária pela qual luta:

EXISTEM muitos tipos de reforma agrária. Existe aquele que suprime a propriedade sobre a terra. Esta passa a pertencer ao Estado, que a dá em usufruto perpétuo aos que nela trabalham. Existe o tipo de reforma agrária que distribui a terra, mas à base de indenização, pelos que a recebem, sem um jucha técnica e financeira do governo. Dêsse tipo foi a reforma agrária na Bolívia. Mas existe também o tipo de reforma agrária visado pela nossa campanha e que está muito bem sintetizado nos documentos para a coleta de assinaturas, que objetiva a distribuição da terra aos que nela trabalham e aos que têm terra insuficiente, com ajuda técnica e financeira, estímulo e ajuda governamentais ao cooperativismo e à organização dos lavradores e trabalhadores agrícolas, com outras reformas parciais. Somos pela distribuição gratuita da terra porque achamos que os lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil, na situação em que se encontram, desamparados e sem recursos, não podem indenizar as propriedades recebidas. (Do relatório aprovado na II Reunião do Conselho de Representantes da ULTAB).



# Voz dos Leitores

## TRABALHO INSALUBRE

### E EXPLORAÇÃO NA FÁBRICA "VIGORELLI" DE JUNDIAÍ

O correspondente da VOZ em Jundiaí (S. P.) recebemos: «Em Jundiaí está situada a fábrica de máquinas de costura «Vigorelli», inaugurada em 1933 com a produção diária de 40 máquinas, fabricadas por 400 operários. Hoje, à custa da exploração dos trabalhadores, do pagamento de baixos salários e da produção em ritmo acelerado, a «Vigorelli» fabrica 230 máquinas por dia, embora o número de operários tenha aumentado apenas para 1.700.

#### SALÁRIO-MÍNIMO, A BASE

Apesar do trabalho ser especializado, o salário-base pago pela empresa é o mínimo de Cr\$2.000,00, que fica reduzido para Cr\$1.500,00, em virtude dos descontos, para a maioria dos operários. Sendo o custo da vida tão caro em Jundiaí como na Capital do Estado, pode-se imaginar a precária situação em que vivem estes trabalhadores.

Em geral os operários recebem quotas de peças para serem entregues dentro de determinado tempo. Se há atraso, o operário é advertido na primeira vez, suspenso na segunda e demitido na terceira, sem a indenização determinada pela CLT. Isso, aliado à fiscalização e perseguição dos chefes e chefetes, obriga os operários a trabalharem num ritmo infatigante.

#### A SEÇÃO DE ESMERIL

A falta de segurança e atenção com a saúde do trabalhador impera na «Vigorelli». Na seção de esmeril, por exemplo, os operários trabalham sem óculos de proteção ou máscaras para a respiração. Constantemente fragmentos de ferro ferem os olhos desses operários, sem que a empresa tome providências. Meses a fio são obrigados a respirar pó de ferro, o que causa prejuízo irremediável à saúde. Apesar disso, a «Vigorelli» não paga a taxa de insalubridade (40% do salário) estabelecida pela CLT e nem fornece a quantidade determinada de leite (1 litro) a cada operário, limitando-se a distribuir um copo de leite.

#### O QUE É A F.A.E.?

Visando ludibriar os trabalhadores e desviá-los do Sindicato, a empresa criou uma entidade, a F. A. E., para a qual desconta 1,5% do salário dos operários. Em troca, a F. A. E. daria a eles tratamento médico e remédios. Daria, porque na verdade dificilmente o médico é encontrado e os remédios limitam-se a comprimidos.

Apesar do desconto, os trabalhadores não conhecem os estatutos da entidade e não podem participar de sua diretoria que é nomeada pela empresa.

#### INGRESSAR NO SINDICATO

Para lutar por todas essas reivindicações e por outras que existem, o caminho dos operários de «Vigorelli» é o da organização e da união. Na verdade a empresa pode tranquilamente «arrastar de cima» porque pouquíssimos operários pertencem ao Sindicato dos Metalúrgicos de Jundiaí. Ingressando em massa em seu órgão de classe, os operários terão meios de conquistar melhores condições de trabalho e melhores salários, terão uma entidade forte para lutar por seus interesses, assim como os industriais têm a sua federação que procura agora adiar o pagamento do salário-mínimo para o dia 16 de setembro.

#### AUMENTAM A EXPLORAÇÃO

### DOS TECELÕES BAIXANDO AS TARIFAS DE PRODUÇÃO

NO COTONIFÍCIO Rio Branco (Distrito Federal) trabalham cerca de 400 operários, em sua maioria jovens e mulheres. É grande a exploração dos trabalhadores e muitas são as suas reivindicações.

Os operários que trabalham por empreitada não recebem salário-mínimo. Ganham pela produção e isso os obriga a um esforço enorme, pois as tarifas são baixas e, se não produzirem muito, passarão fome. De vez em quando o engenheiro manda diminuir o preço do fio, o que baixa ainda mais o ganho dos operários. Quando o trabalhador reclama, o gerente, sr. Pavão, responde que «assin é a lei».

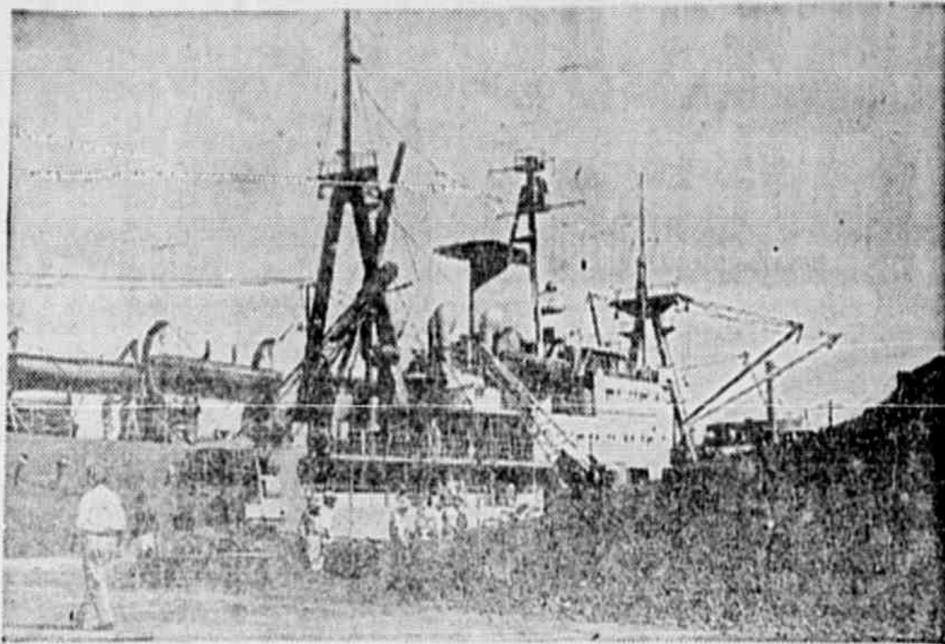
As condições de trabalho são péssimas. Na seção de fição, as cardas, massaroqueiras e batedores ficam a cerca de 80 metros do sanitário. Quando uma operária vai ao sanitário perde mais tempo, por causa da distância, e isso lhe prejudica, pois ganha por produção. Não há chuveiros para o pessoal. A creche e o consultório médico ficam em uma única sala, pequena, de cinco metros quadrados.

Os trabalhadores do Cotonifício Rio Branco têm tradição de luta. Participaram da última grande greve dos têxteis cariocas. E sempre lutam contra as arbitrariedades patronais. Atualmente eles mantêm, na Justiça do Trabalho, questões contra o patrão que tentou transferir, injustamente, uma operária de uma para outra seção e tentou burlar a lei do salário-mínimo deixando de pagá-lo.

(Do Correspondente da VOZ no Cotonifício Rio Branco, Rio).

#### COMÍCIO EM CAMPINA GRANDE

NA cidade paraibana de Campina Grande realizou-se grande comício (foto) para protestar contra as tentativas da Federação das Indústrias daquele Estado de rebater os níveis do salário-mínimo aprovado pela CSM e para exigir providências concretas do governo contra a carestia da vida. Discursaram na ocasião, entre outros, os srs. Humberto Castro (presidente do Sindicato dos Comerciantes), Paulo Tenório (presidente do Sindicato dos Mecânicos), Oliveira Oliveira e Raymundo Asfora (vereadores) e Ernani Sá, presidente da CSM.



### RITMOS INFERNIAIS PARA OS OPERÁRIOS DA BELENZINHO

DE SÃO PAULO escreve um leitor, operário da Matarazzo Belenzinho:

«A Matarazzo obteve, em 1955, um lucro de quase 630 milhões de cruzeiros, mas leva muito tempo prometendo a semana inglesa sem rebatida de salários, e não cumpre a promessa. É preciso que os operários se unam e lutem, dentro do Sindicato, para que isso se torne realidade.

Depois que a empresa trouxe para a fábrica técnicos americanos em produtividade, a situação dos trabalhadores tornou-se pior. As operárias não têm liberdade para nada, as máquinas são adaptadas para um ritmo de trabalho mais intenso, até mesmo para ir aos banheiros falta tempo. Além disso, obrigam as operárias a mexerem nas lutas de lixo para procurarem restos de alimento. Essa exigência humilhante causa indignação geral e não deve ser aceita».



### CAPATAZ ASSASSINOU COVARDEMENTE O TRABALHADOR

ESCREVE um leitor da cidade do Cabo, Pernambuco:

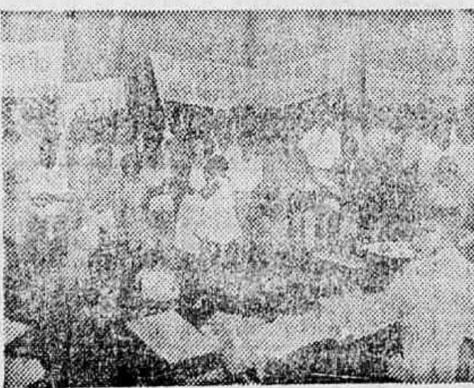
«O trabalhador José Ferreira, conhecido pelo vulgo de Canário, trabalhava no Engenho da Mata, propriedade da Usina Bom Jesus, nesta cidade, onde fazia serviços diversos. José Ferreira declarou, uma vez, que não se sujeitaria às imposições do capitão de campo Floriano, que costuma obrigar os trabalhadores a fazerem serviços humilhantes. Isso foi o bastante para que Floriano tramasse uma vingança.

Uma tarde, quando Canário regressou do trabalho, Floriano mandou-o ao mato, ralar lenha para a casa grande e seguiu-o, em companhia de um vigia do engenho. Quando voltou, disse que José Ferreira havia sido mandado ao Pronto Socorro, pois sofrera um acidente. Mas o sógro do infeliz trabalhador, ao procurar notícias do genro, foi informado, por um carneiro, de que ele se encontrava morto, no mato, com um tiro no pescoço! No dia seguinte a polícia do Cabo constatou o crime levando o cadáver para o cemitério da cidade. A esposa da vítima, em companhia de seu cunhado Otávio Ferreira, visitou o marido e declarou que este saiu de casa com a roupa suja, não se justificando que estivesse todo rasgado, se não fosse agredido.

Floriano disse mais tarde na Usina que estivera fazendo exercícios de pontaria com seu revólver, mas a arma negou fogo e ele foi examinar as balas, quando o revólver disparou por acaso, atingindo Canário. Isso é mentira, pois todos sabem que só se examinam as balas de arma curta voltando o cano para baixo. Está claro que José Ferreira foi assassinado por vingança de Floriano.

A esposa da vítima procurou as autoridades locais, mas estas lhe aconselharam a «não mexer no assunto», pois a Usina lhe daria uma casa e uma indenização de Cr\$ 6.000,00. José Ferreira deixou filhos menores e um filho no ventre materno. Até hoje nada se fez para punir o covarde assassino, nem mesmo para apurar e comprovar a autoria do crime, que despertou revolta geral entre os trabalhadores da Usina e do Cabo».

### MANIFESTAÇÃO CONTRA A CARESTIA EM ITUIUTUBI.



Sob a direção da Associação dos Trabalhadores de Ituiutubi (Ilhas de Itaipava), realizou-se recentemente grande concentração popular contra a carestia na Câmara Municipal daquela cidade. Carregando faixas e cartazes, os manifestantes reuniram-se em frente ao legislativo municipal e em suas dependências, (foto) entregando ao presidente da Câmara um memorial com cerca de duas mil assinaturas, no qual reivindicam a criação da COMAP, a instituição de feiras-livres e outras medidas para deter a elevação dos preços.

### Ianques Levam Manganês a Preço Vil

Continuam embarcando para os Estados Unidos, pelo porto de Manaus, grandes carregamentos de manganês, que é vendido nos norte-americanos a preços vis, embora se trate de minério valioso. NA FOTO: o navio «Barroso Pereira» carrega, no armazém 20 da «Manaus Harbour Ltd.», 3.530 toneladas de manganês extraído nas jazidas próximas ao Rio Aripuanã, pela Mineração Confim S. A., empresa que tem contrato de fornecimento aos importadores ianques. (Do correspondente da VOZ em Manaus).

### VOZ OPERÁRIA

Diretor-responsável:  
**Aydano do Couto Ferraz**

MATRIZ:  
Av. Rio Branco, 257, 1.º and., s/ 171º Tel. 42-7244

SUCURSAIS:  
SAO PAULO - Rua dos Estudantes n.º 84 s/ 29º and - Tel. 37-4983  
PORTO ALEGRE - Rua dos Andradas, 1.646 s/ 74º and.  
RECIFE - Rua Floriano Peixoto n.º 85 - 3º - sala 326  
FORTALEZA - Rua Barão do Rio Branco n.º 1.248 s/ 22, Tel. 1-13-03  
SALVADOR - Rua Barão de Cotingue, 67 - Edifício Zacarias - s/ 203 (Calçada).  
JOÃO PESSOA - Rua Duque de Caxias, 558 1.º and. salas 3, 4.

ASSINATURAS:  
Anual ..... Cr\$ 100,00  
Semestral . . . Cr\$ 50,00  
Trimestral . . . Cr\$ 25,00  
Núm. avulso. Cr\$ 1,50  
Núm. atrasado Cr\$ 2,00  
Endereço telegrafico da Matriz e das Sucursais:

#### VOZPÉRIA

Este semanário é reimpresso em SÃO PAULO, PORTO ALEGRE, SALVADOR, RECIFE e FORTALEZA.

# ANULA OS DIREITOS DOS COLONOS E ASSALARIADOS!

O **SUBSTITUTIVO** apresentado pela UDN (Afonso Arinos) ao projeto que estende o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho aos trabalhadores rurais não passa de uma farsa com a qual se pretende liquidar, de um golpe, todos os direitos dos assalariados do campo. Aproveitando-se da discussão do projeto, para o qual o PTB requereu e obteve urgência na Câmara, os reacionários da UDN, já agora aliados aos do PSD, simulam uma posição de "apoio" à causa dos trabalhadores rurais e apresentam o substitutivo Arinos mascarando-o de "conciliatório" e destinado a "atender às particularidades" da agricultura. Na verdade, por trás de todo esse palavreado demagógico, eles visam dois objetivos principais: 1) — impedir a aprovação do projeto enviado à Câmara pelo presidente Getúlio Vargas ou do substitutivo da Comissão de Legislação Social, que corrige certos aspectos negativos do projeto; 2) — aproveitar a oportunidade para suprimir os direitos dos assalariados agrícolas, contra os quais os latifundiários já recorrem até à violência policial, como atualmente se verifica no norte do Paraná.

## O SENTIDO DE UMA DEFINIÇÃO

O substitutivo Arinos começa (artigo 2º) modificando a definição de trabalhador rural dada pelo decreto-lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, e que é a seguinte: «São empregados rurais, trabalhadores ou operários rurais aquelas que se dedicam profissionalmente às atividades rurais, em economia individual, coletiva ou em família, na lavoura, na pecuária ou nas indústrias

rurais, com o fito de ganho e por conta de outrem.» Esta definição é desdobrada em várias outras pelo substitutivo udenista. Este cria várias «categorias» de trabalhadores rurais: o «trabalhador-empregado», o «trabalhador-colono», o «trabalhador-provisório», o «trabalhador-parceiro», etc. Não é pelo gosto da prolixidade que os udenistas assim o fazem. Isso tem seus objetivos, como se verá adiante.

no artigo 26, que podem ser descontados do salário do trabalhador-empregado 15% a título de aluguel de casa, 10% a título de transporte (somente até a um trabalhador do município paulista de Ribeirão Preto — onde o salário-mínimo é Cr\$ 3.200,00 — já sofreria um desconto mensal de Cr\$ 325,00) e mais fornecimento de alimentação e de gêneros alimentícios! Isso quer dizer que, manobrando com esses pretextos, um latifundiário poderia, na prática, «DESCONTAR» TODO O SALÁRIO-MÍNIMO DO TRABALHADOR e não lhe pagar um centavo em dinheiro, o que significaria, na prática, liquidar o direito ao salário-mínimo.

## TRANSFORMA OS COLONOS EM SERVOS

O substitutivo transforma os colonos em servos sem quaisquer direitos. Determina que o salário-mínimo, além de sujeito a todos os descontos, pode ser pago a eles EM ESPÉCIE (artigo 3º). Retira-lhes o direito a férias e ao aviso prévio (artigos 28 e 43). Suprime-lhes (artigo 31) todos os direitos assegurados à mulher trabalhadora, o mesmo ocorrendo (artigo 38) com as garantias e a proteção ao trabalho do menor, e com o repouso semanal remunerado (artigo 19).

Isso quer dizer que, se fosse aprovado o substitutivo udenista, os colonos de café ficariam na situação dos servos da Idade Média: perderiam todos os direitos, até mesmo o direito de receber o pagamento em dinheiro pelo seu trabalho.

## SUPRIME A PREVIDÊNCIA

A UDN pretende, ainda, suprimir outros direitos inseridos no projeto enviado pelo presidente Vargas e particularmente no substitutivo

da Comissão de Legislação Social. Suprime a previdência social. Faz tantas restrições que quase anula o direito às férias, a indenização por despedida injusta, etc. A Carteira do Trabalhador Rural passaria a ser expedida pelo Serviço Social Rural, e não pelo Ministério do Trabalho, ficando, portanto, sua expedição sujeita às manobras dos latifundiários.

Exigir, da Câmara, a rejeição desse substitutivo que, se aprovado, liquidaria todos os seus direitos, e a aprovação do substitutivo da Comissão de Legislação Social é uma tarefa urgente dos trabalhadores agrícolas, e de suas organizações, bem como dos operários e de seus sindicatos.

## QUEM ESTÁ FORA DA LEI SÃO OS LATIFUNDIÁRIOS

A IMPRENSA ligada aos latifundiários continua inventando, raivosamente, contra os sindicatos de colonos do norte do Paraná, cujo fechamento exige. A campanha de calúnia é sustentada particularmente pelos jornais do sr. Assis Chateaubriand (na Capital da República e nos Estados do Sul) e pelo «Estado de São Paulo», jornais reconhecidamente a serviço do latifúndio. Dela participam, também, os grandes fazendeiros paranaenses, (que chegaram a fundar, em Londrina, uma associação para combater os sindicatos rurais) e seus porta-vozes na Câmara e no Senado, entre os quais se destacam os srs. Hugo Cabral e Othon Mader.

## QUEM ESTÁ FORA DA LEI

O «cargamento» empregado é o de que os sindicatos dos colonos (particularmente os de Londrina e Nova Fátima) são ilegais. Em seu desespero, os latifundiários e seus agentes fingem desconhecer que o direito à sindicalização é assegurado aos trabalhadores rurais e colonos há doze anos, pelo decreto-lei 7.038, de novembro de 1944 e tem sido

reafirmado na legislação posterior. Afirmam, ainda, que os sindicatos paranaenses estão agitando e esubvertendo a ordem. Tentam fazer crer que é esubversivo reclamar o pagamento do salário-mínimo aos colonos, direito a estes assegurado também há mais de doze anos, pela Consolidação das Leis do Trabalho, e recorrer legalmente à justiça em defesa desse direito legal! Tentam fazer crer que é esubversivo reclamar à justiça — nos termos da lei — o pagamento das férias que os latifundiários sonham aos colonos, apesar de ser este um direito também assegurado legalmente. Mas isso não é «fazer agitação» nem esubverter a ordem: Quem subverte a ordem legal quem está fora da lei são os latifundiários, que sonham os direitos legais dos assalariados agrícolas e colonos.

Quem está fora da lei é o senador (UDN) Othon Mader, que não paga o salário-mínimo, nem as férias com respeito os demais direitos legais dos que trabalham nos seus imensos latifúndios do Paraná. Quem está fora da lei é o sr. Hugo Cabral, também latifundiário no norte

do Paraná, que age da mesma maneira. Por exemplo: na «Fazenda São José», de propriedade do deputado Hugo Cabral, a jornada de trabalho é de 12 horas; o salário-mínimo não é pago; se o colono não atende o ponto às 6 da manhã paga multa de Cr\$ 40,00 e se larga o trabalho antes das 6 da tarde também paga multa de Cr\$ 40,00; o direito a férias não é respeitado, etc. Os sindicatos dos colonos exigem que se respeite a lei e por isso o deputado Hugo Cabral e o senador Othon Mader fazem provocações na Câmara e no Senado contra os sindicatos. Isso acontece nas fazendas de quase todos os latifundiários e é por isso que os seus jornais, como «O Estado de São Paulo», pedem o fechamento dos sindicatos. Os latifundiários querem continuar explorando brutalmente os colonos sem que ninguém lhes incomode.

## DEFENDER OS SINDICATOS

Os colonos estão defendendo seus sindicatos. Em Nova Fátima, onde a polícia fechou o sindicato e cercou sua sede (vejam-se as fotos) mais de dois mil colonos não somente o reabriram, como realizaram uma grande assembléia, declarando continuar a luta pelo pagamento do salário-mínimo e demais direitos.

Os colonos saberão desmascarar as provocações dos latifundiários e defender seu direito à organização sindical. Informa-se que os sindicatos do norte do Paraná enviarão, à Capital da República, representantes seus com o fim de avistar-se com o governo federal, à Câmara e o Senado, bem como com a imprensa e os sindicatos operários, para denunciar as provocações de que estão sendo alvo e reclamar do Ministério do Trabalho o pronto reconhecimento das organizações sindicais.

## NEGADAS AOS COLONICULTORES SEMENTES GRATUITAS

EM NOTA oficial de 9 do corrente, informa a Secretaria da Agricultura de São Paulo que não haverá, este ano, distribuição gratuita de sementes de algodão. «A distribuição assim feita no ano passado — diz a nota — foi providência decorrente da lei 3.157, de 2 de setembro de 1955, que determina essa medida unicamente para o ano agrícola de 1955-1956, que está em seu término».

A decisão do governo paulista — tomada logo após a abertura de um crédito, no Banco do Brasil (20 milhões de cruzeiros), para financiamento dos lavradores — não encontra justificativa e contraria frontalmente os reclamos dos lavradores, aumentando as dificuldades com que já se encontram a braços, às portas do novo ano agrícola, em consequência do desamparo oficial à agricultura.

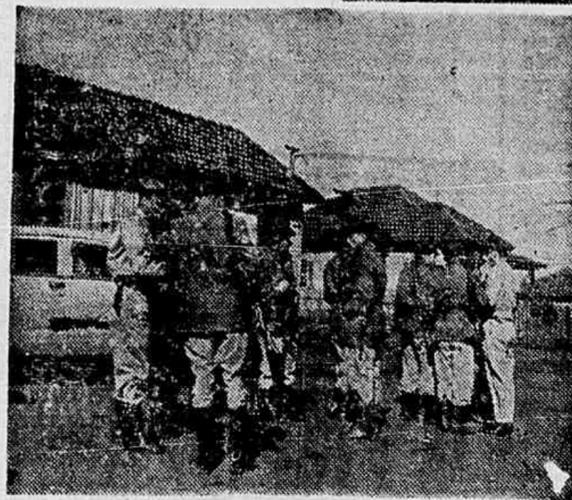
Os colonicultores paulistas exigem providências concretas para solucionar importantes problemas, objeto das resoluções dos Congressos de Assis e Presidente Prudente, particularmente no que se refere ao financiamento oficial e direto, preço mínimo compensador, arrendamento e conquista de novos mercados capazes de absorver a produção e garantir-lhe melhores preços no mercado externo.

## O SERVIÇO «NÃO EVENTUAL»

Eis como o substitutivo Arinos define o «trabalhador-empregado»: é trabalhador-empregado rural toda pessoa física que presta serviço de natureza NÃO EVENTUAL a empregador agricultor ou pecuarista, sob dependência deste e mediante salário». Precisamente a expressão «não eventual», constante da definição udenista, é a brecha pela qual os latifundiários poderão liquidar os direitos dos assalariados: um latifundiário do café poderia alegar por exemplo, que os serviços prestados em sua fazenda pelos camaradas-volantes são «eventuais» e, nesta base, deixar de considerá-los como assalariados rurais, negando-lhes todos os direitos. Com o mesmo «argumento» os jornaleiros ou qualquer outro trabalhador agrícola poderia ser tido como prestando serviços de natureza «eventual», perdendo, assim, todos os direitos, cujo reconhecimento ficaria à mercê da vontade dos latifundiários! Não é necessário acrescentar mais para demonstrar o caráter mistificador da definição udenista.

## LIQUIDA O SALÁRIO-MÍNIMO

O substitutivo da UDN atende à primeira reivindicação dos latifundiários: praticamente liquida o salário-mínimo, direito conquistado pelos trabalhadores rurais há cerca de quinze anos. Diz,



## Realizada, Apesar Das Ameaças, a Assembléia de Nova Fátima

APESAR das ameaças e da violência policial, os colonos de café de Nova Fátima (norte do Paraná), realizaram a assembléia de seu Sindicato, marcada para o domingo 5 do corrente. Dias antes um contingente de policiais da Força Pública e tiras de Curitiba chegaram a Nova Fátima, com o objetivo de fechar o Sindicato e impedir a realização da assembléia. No dia em que esta devia realizar-se elementos da polícia postaram-se nas estradas, interpedando as pessoas que se dirigiam à cidade e fazendo-as voltar se identificavam como sócios do Sindicato. Momentos antes do início da reunião os policiais tentaram fechar a sede, não o conseguindo graças à firmeza dos responsáveis pela entidade.

A assembléia realizou-se com êxito, tendo os colonos

resolvido insistir, junto do Ministério do Trabalho, pelo reconhecimento do Sindicato, que está se fortalecendo cada vez mais, já contando com cerca de 5 mil associados.

A assembléia contou com a solidariedade da população e de autoridades de Nova Fátima, entre as quais o prefeito e o delegado de polícia do município, que não concordaram em violar a lei e atentar contra a liberdade sindical.

Também dos operários estão os colonos encontrando calorosa solidariedade. O Pacto de Unidade Intersindical enviou a Nova Fátima um representante, o secretário do Sindicato dos Têxteis paulistas, sr. Nivaldo Fonseca, que assistiu à assembléia do Sindicato. Manifestações dos sindicatos operários estão sendo recebidas no norte do Paraná.

# Grande Concentração Operária



## LUTANDO DENTRO DA FÁBRICA CONQUISTARAM IMPORTANTES ÊXITOS

UM BALANÇO das lutas dos trabalhadores da S.A. Fábricas Orion, no primeiro semestre do ano corrente, mostra que eles só conquistam vitórias quando sabem unir-se e lutar, dentro da empresa, por suas reivindicações. Esse é um fato que diz respeito aos trabalhadores de todas as empresas.

A S.A. Fábricas Orion está localizada no bairro de Belenzinho, na capital de São Paulo. Produz artigos de borracha, ebonite e latex. Conta com cerca de 1.600 operários, dos quais cerca de 750 são associados do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Borracha de São Paulo, Santo André e São Caetano do Sul.

No primeiro semestre de 1956, a reivindicação mais importante, que atraiu à luta os operários da Orion, foi o aumento dos salários. O acordo em vigor terminava no dia 31 de maio. Muito antes, porém, os operários começaram a debater as condições em que devia ser firmado o novo acordo. Dêse debate surgiram quatro reivindicações, que uniram a todos e em torno das quais travou-se a luta pelo novo acordo: 1) — conseguir um aumento dos salários maior que o do ano anterior; 2) — assinar o acordo sem compromisso de esperar um ano para receber novo aumento de salário; 3) — conseguir que o Sindicato firmasse acordo de salários para todas as fábricas simultaneamente e não para cada uma em separado; 4) — conseguir que os prêmios de produção só fossem descontados no dia em que o operário faltasse ao trabalho e não todo o mês.

### O PAPEL DO JORNAL DE EMPRESA

O jornal da empresa desempenhou um papel importante na luta. Foi fundado, por um grupo de trabalhadores mais ativos, no mês de fevereiro. Chamava-se "Unidade e Ação". No terceiro nú-

mero passou a aparecer com o nome de "O Borrachudo". O jornal (de pequeno formato, mimeografado) levantava as reivindicações dentro da fábrica, denunciava a exploração e os lucros dos patrões (em 1955 os lucros foram de Cr\$ 28.917.061,50). Graças a ele foram conquistadas algumas vitórias, como o aumento do tempo de cada prensada nos acumuladores de 25 para 30 minutos; foram colocados chuveiros e armários no Latex; foram pintadas as paredes de algumas privadas; foi colocada uma nova sereia, de modo a que todas as seções ouvissem o apito da fábrica, o que não acontecia antes.

Ao aproximar-se o término do acordo, intensificou-se a luta pelo aumento. No dia 10 de abril foi pago um aumento de 15%. Os operários da seção de tubos chegaram a paralisar o trabalho por 30 minutos, exigindo esse aumento, normalmente pago no início do ano, para ser descontado no acordo. Na primeira assembleia do Sindicato para discutir o novo acordo foi apresentada a proposta patronal (aumentos de 22 a 30%) e a de um membro do Conselho Fiscal do Sindicato (aumentos de 25 a 32%). "O Borrachudo" desmascarou a primeira e mostrou que também a segunda não era vantajosa, pois a diferença entre as duas era de Cr\$ 0,22 a Cr\$ 0,06 apenas. O acordo assinado a 24 de junho previa um aumento geral de 27%, o que foi uma vitória dos operários.

Atualmente os trabalhadores da Orion lutam por numerosas reivindicações dentro da empresa e participam, com seu Sindicato, do Pacto de Unidade, que luta por melhores salários, pelo congelamento dos preços e outras reivindicações dos trabalhadores paulistas.

(Do Correspondente da VOZ na Fábrica Orion).

**DECIDINDO** suspender a greve geral — marcada para zero hora do dia 10 — o Pacto de Unidade Intersindical de São Paulo concitou os sindicatos a se manterem mobilizados, até que o governo atenda completamente as suas reivindicações e resolveu convocar uma grande concentração dos trabalhadores paulistas para o dia 6 de setembro. Nesta assembleia a Comissão Executiva do Pacto prestará contas de sua atuação e proporá aos trabalhadores as medidas necessárias à continuação da luta por melhores salários, contra a carestia e pelas demais reivindicações do programa comum.

### VITÓRIAS CONQUISTADAS

O comunicado da Comissão Executiva do Pacto de Unidade, assinala que os trabalhadores conquistaram, graças à sua união e organização, importantes vitórias, no período seguinte a 20 de julho. O governo suspendeu a portaria da COAP que majorava o preço do pão; o presidente da República determinou que fossem contidos os preços de alguns gêneros, cujo congelamento está em estudos; foi aceita a proposta de nomeação de representantes dos sindicatos para fiscais da COAP; três dirigentes sindicais foram nomeados para o plenário desse órgão, pelo Ministério do Trabalho; foi revogado o decreto que proibia a participação de trabalhadores na direção do IAPI; foi conseguida pauta de emergência para julgamento coletivo da questão dos despedidos da CMTG; os novos níveis de salário-mínimo começaram

a ser pagos a partir de 1º de agosto. Além destas vitórias, o comunicado afirma que vêm sendo tomadas outras providências tendo em vista o atendimento, pelos poderes públicos, das demais reivindicações.

### UNIÃO EM TODO O PAÍS

"Os trabalhadores deverão responder enérgicamente caso venha a prevalecer o mandado de segurança impetrado pelos patrões contra o salário-mínimo" — diz o comunicado da Comissão Executiva do Pacto de Unidade, acrescentando: — "Estejam certos os responsáveis pela carestia que os trabalhadores de todo o país estão firmemente unidos e decididos à contenção dos preços dos gêneros de primeira necessidade".

"A decisão dos trabalhadores paulistas — afirma, ainda, o comunicado — de participar, com os demais trabalhadores do país, à base do Programa de Ação Comum, já aprovado, para a obtenção das nossas reivindicações, assegura todas as condições para o êxito dos trabalhadores e do povo brasileiro".

Os sindicatos paulistas fazem um apelo aos trabalhadores, para que se solidarizem com os assalariados rurais, em defesa do salário-mínimo que os latifundiários recusam-se a pagar-lhes e dos sindicatos rurais ameaçados pela reação, e conclui, dirigindo-se aos operários: "Asseguremos a continuidade da luta, estreitando cada vez mais os laços entre o Pacto de Unidade e os trabalhadores, nas empresas e nas cidades do interior, condição indispensável para a vitória das reivindicações específicas de cada setor".

## O QUE OS PATRÕES NÃO DIZEM

OS PATRÕES dizem que "não podem" pagar os aumentos de salário reclamados pelos trabalhadores. Alegam "prejuízos" ou "pequenos lucros", tomando estas alegações como pretexto para intensificar a exploração da classe operária e de todo o povo, inclusive elevando, continuamente, os preços dos gêneros e artigos de amplo consumo. Mas os patrões escondem, cuidadosamente, a verdade. Eis, a seguir, alguns fatos que eles ocultam, revelados em pesquisa da insuspeita Fundação Getúlio Vargas.

NO PRIMEIRO semestre de 1956, no país, 833 sociedades aumentaram seus capitais de 14 bilhões e 400 milhões de cruzeiros e foram fundadas 286 novas sociedades com um capital global de 3 bilhões e 100 milhões de cruzeiros. Estas emissões de capital foram maiores que as do primeiro semestre do ano passado, quando um número maior de sociedades (876) aumentou seus capitais em apenas 10 bilhões e 300 milhões de cruzeiros e foram fundadas menos sociedades novas (276) com um capital global de 2 bilhões e 100 milhões de cruzeiros.

AS 833 SOCIEDADES que aumentaram seus capitais no primeiro semestre de 1956 possuíam, no mesmo período de 1955, um capital global de 29 bilhões e 100 milhões de cruzeiros, passando a contar, em 30 de junho último, com um capital global de 43 bilhões e 500 milhões de cruzeiros. Os capitais aumentaram, portanto, em 49,5% — apesar dos alegados "prejuízos" dos patrões.

SÃO AS SEGUINTEs as percentagens de aumento de capitais, no primeiro semestre de 1956, em relação a igual período de 1955: comércio — 31,8% (824 milhões); indústria — 37,5% (2 bilhões e 677 milhões); bancos e seguros — 128% (570 milhões). No Distrito Federal e em São Paulo foram feitos 75% do total das novas emissões do semestre.



## 67 MIL SERVIDORES DA PDF LUTAM POR AUMENTO DE VENCIMENTOS

CERCA de 67 mil servidores da Prefeitura do Distrito Federal lutam, atualmente, pela conquista de importantes reivindicações, a primeira das quais é o aumento de vencimentos. São as seguintes as principais reivindicações dos funcionários da PDF: 1) — aumento de vencimentos; 2) — estatutos; 3) — reclassificação; 4) — reforma do Montepio; 5) — aquisição de um Hospital pela Prefeitura.

A luta pelo aumento tem-se chocado com a resistência do prefeito, sr. Negrão de Lima. Este concorda com a elevação dos vencimentos, mas em bases que não são aceitas pelo funcionalismo, pois o prejudicam.

### A BATALHA DO AUMENTO

De acordo com o artigo 40 da Lei Orgânica do DF, os servidores da Prefeitura devem ser remunerados em bases idênticas às dos vencimentos do funcionalismo da União. O projeto, enviado à Câmara de Vereadores, pelo sr. Negrão de Lima, concordava com estas bases mas tirava aos funcionários conquistas anteriores, como o abono, os quinquê-

nios (mantidos só para o professorado) e dos 30% a título de proteção aos que trabalham em contato com moléstias contagiosas. A Câmara, ante a pressão do funcionalismo, aprovou as bases do aumento previstas no projeto, mas manteve os quinquênios e as demais conquistas. Então o prefeito vetou, totalmente, o projeto.

Atualmente discute-se no Legislativo outro projeto de sr. Negrão de Lima. Este mantém os 30% para os que trabalham em contato com moléstias contagiosas, tira o abono e reduz os quinquênios. Mas pretende o aumento a partir de 1º de julho, como adicionais. Os funcionários concordam com o recebimento dos 30% por apenas uma função, mas não aceitam a supressão das conquistas anteriores e reclamam a extensão dos quinquênios a todos os servidores. E querem o aumento nas bases a que tem direito.

### AS OUTRAS REIVINDICAÇÕES

O Estatuto é uma reivindicação sentida. O atual é

de 1941, está caduco. Já foi aprovado um Estatuto, mas o então prefeito Alim Pedro vetou-o, tendo em conta apenas motivos de ordem financeira. Existe, atualmente, um projeto em segunda discussão na Câmara, ao qual os funcionários apresentaram emendas e cuja aprovação reclamam. Outra reivindicação sentida é a reforma do Montepio, onde cerca de mil funcionários são mantidos com o dinheiro dos servidores da PDF. Quanto ao Hospital, há uma comissão que estuda sua aquisição, para o que já existe uma verba de 160 milhões, no orçamento. Praticamente, porém, nada foi feito até agora.

As diversas entidades dos funcionários, formando uma «Coligação» — exemplo de unidade em defesa de interesses comuns — estão à frente da luta destes pelo aumento e de suas reivindicações.

(Do correspondente da VOZ na PDF).

# Inadmissíveis os Aumentos Do Pão, do Leite e do Açúcar

Nos últimos dias, o país assiste com indignação à ofensiva altista desencadeada pelos monopolizadores, usineiros e tubarões contra o nível de vida do povo. Brandindo nas mãos (nas garras, diríamos melhor) o aumento do salário-mínimo — que se recusam a pagar, por sinal — elevam verticalmente o preço dos gêneros alimentícios e produtos industriais e, quando encontram uma tímida resistência do governo, passam ao "lock-out" torpe e acintoso. É o caso do leite (exigem simplesmente a duplicação dos preços), do pão, do açúcar e dos transportes.

## O CASO DO LEITE

Embora o Brasil possua um dos maiores rebanhos do mundo, o consumo de leite per capita é de pouco mais que uma colher por dia. O

carroca, que é dos que mais consomem esse alimento, bebe menos de um litro por semana (índice anormal, de vez que nele estão incluídas

todas as modalidades de aplicação do produto.)

Enquanto o consumo é, praticamente, o mesmo de há quinze anos atrás ..... (60.700 hectolitros anuais 1.710.200 habitantes em 1938, e 103.700 hectolitros para .. 2.643.800 habitantes, em 1953), os lucros dos monopolizadores da CCPL crescem anualmente. Só a usina Vigor em São Paulo com um capital de Cr\$ 60.000.000,00, obteve em 1953 o lucro confessado de Cr\$ 62.000.000,00, cerca de 107 por cento.

Os números demonstram que os pecuaristas e distribuidores obtêm lucros satisfatórios. Foi isso, aliás, que disse ao coronel Mindelo uma comissão de pequenos produtores de leite, argumentando contra o aumento. Por outro lado, o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios do Estado de São Paulo manifestou-se contra o aumento pretendido pelos pecuaristas. Em sua opinião, o aumento encareceria tremendamente os produtos derivados do leite e afugentaria, conseqüentemente, o consumidor.

## COFAP

### AUMENTA PÃO

Os panificadores exigem, com "lock-out" e tudo, o aumento do preço do pão popular (bi-naga) de Cr\$ 14/00 para Cr\$ 20,00 o quilo. A COFAP está disposta, como sempre, a conceder esse aumento, mesmo porque os panificadores atiram-lhe ao rosto a elevação permitida ao Bong & Born para a farinha de trigo. Unem-se assim, contra o povo, o truste internacional, os panificadores e o governo. Para mascarar a manobra, a COFAP realizou experiências de fabrico de pão, sem levar em conta que a produção industrial em série sai mais barata do que em caráter experimental.

Não foi levado em conta: em que os demais produtos vendidos nas padarias estão liberados (pães especiais, rosas, biscoitos, etc) e possibilitam grandes margens de lucros.

## USINEIROS QUEREM MAIS

Os usineiros, acompanhados dos deputados e senadores que periodicamente elegem, reuniram-se com o sr. Kubitschek para conseguir o aumento de Cr\$ 9,50 para Cr\$ 12,50 no quilo de açúcar, comunicando-lhe simultaneamente que estão parados os cortes da safra atual. No Rio, o açúcar já desaparece dos armazéns e tudo indica que haverá falta total do produto, a menos que se concretize realmente a regulamentação feita pela COFAP de 700.000 sacas estocadas em 100 usinas.

As notícias divulgadas in-

dicam que os usineiros e o sr. Kubitschek chegaram a um acordo, evidentemente em prejuízo do povo: o açúcar passará a custar Cr\$ 12,50 e quem não gostar comprará o chamado «açúcar popular» (cristal), que continuará com o preço anterior.

Mostrando que o aumento não é necessário e que as usinas já obtêm lucros suficientes, usineiros paulistas fizeram cerrada campanha contra as pretensões altistas de seus colegas do nordeste e do Estado do Rio.

## CALCADOS SOBEM EM VERTICAL

No setor dos artigos industriais, os calçados e produtos farmacêuticos destacam-se dos outros pela subida vertical dos preços. As

grandes indústrias de calçados — Scatamacchia, Clark, Polar, Fox, DNB — estão renovando seus estoques em pressas e lançando no mercado produtos «renumerados», que custam mais de 50 por cento em relação ao princípio do ano. Os sapatos de melhor qualidade estão sendo vendidos por preços que variam entre Cr\$ 700,00 e Cr\$ 1.500,00.

Na indústria farmacêutica, onde 85 por cento dos capitais pertencem aos grandes trustes norte-americanos, os preços sobem à vontade, inteiramente sem controle (o que permite, inclusive, que cada farmácia cobre um preço diferente pelo mesmo produto). Isso permite, por exemplo, que o valor da produção do ano passado tenha aumentado em quase cinco milhões de cruzeiros (333% exatamente), em relação a 1949.

## Luta Ampla e Unitária Contra a Elevação dos Preços

Diante da ofensiva simultânea dos trustes, usineiros, pecuaristas e tubarões contra o já precário nível de vida do povo, o proletariado brasileiro toma em suas mãos a luta contra a carestia, juntamente com os estudantes, as donas de casas e outras camadas da população.

O Pacto de Unidade Inter-sindical, em São Paulo, dirigindo a luta do povo paulista contra a alta dos preços, conquistou as seguintes reivindicações: congelamento dos preços, por 90 dias, do arroz, feijão, leite, carne, pão, açúcar, óleos e gorduras; nomeação de 5 dirigentes sindicais para o plenário da COAP; nomeação de dirigentes sindicais para fiscais da COAP, mediante indicação dos sindicatos; determinação do presidente da República para conter o preço do leite e do açúcar; concessão do mandado de segurança contra o aumento das tarifas da CMTG.

No Distrito Federal, a Comissão Permanente Contra a Carestia realizou importante mesa-redonda com a participação de dezenas de dirigentes sindicais, líderes estudantis e representantes de entidades femininas. Entre as medidas indicadas ao governo, destacam-se o tabelamento dos gêneros de primeira necessidade desde a fonte de produção aos revendedores, facilidades de transportes e isenção de impostos para esses gêneros e criação de cooperativas de lavadoras para eliminar os intermediários. A resolução mais importante foi a convocação de um comício-monstro contra a carestia, a realizar-se na Esplanada do Castelo no dia 4 de setembro.

Em Belo Horizonte, continuam sendo realizadas as mesas-redondas de dirigentes de entidades sindicais, populares e femininas com o prefeito da Capital, o presidente da COAP e outras autoridades. Estes têm direito a voz e voto, enquanto os populares presentes podem usar da palavra. As mesas-redondas debatem amplamente medidas e providências para evitar os aumentos e salvaguardar os interesses populares, levando-as depois ao governo.

## MEDIDAS ABSURDAS DA LIGHT CONTRA OS TRABALHADORES

A PROPOSITO da matéria por nós publicada (edição anterior) sobre problemas dos trabalhadores da Light, no Distrito Federal, escrevemos o correspondente da VOZ naquela empresa, Luiz Vitor, acrescentando novos fatos aos que foram noticiados:

«A demissão de trabalhadores, que se processa na empresa, vem, ainda, ferir frontalmente os interesses do povo carioca, por diversas razões. A primeira delas é o completo desaparecimento da Light para atender aos consumidores, havendo filas para qualquer ligação de luz

e força, devido à falta de material e mão de obra. Exemplo disso é o fato de que qualquer consumidor que necessitar extender fios em sua rua é obrigado a contratar os serviços de outra firma e, depois, dar tudo de presente à Light, que incorpora esses bens no seu patrimônio. Ainda existe o plano da empresa imperialista de acabar com suas oficinas, tanto em Triagem como em Frei Caneca. As Oficinas de Triagem, que até bem pouco tempo eram das maiores do Rio de Janeiro, estão quase totalmente desmanteladas.

## «BOY» APÓS 20 ANOS DE SERVIÇO

Inúmeros empregados que, antes, trabalhavam nas Oficinas de Triagem, foram transferidos para a Rua Larga, onde a Light quis transformá-las em «chassis de escritório» como «recompensa» aos anos de trabalho pesado, e de esforços que se convertiam nos dólares enviados anualmente a Toronto. Ainda recentemente alguns jornais desta capital revelaram que a Light obteve, em 1955, uma receita de 2 bilhões e 300 milhões de cruzeiros, «recorde» sobre todos os anos anteriores. Enquanto isso a empresa transfere para funções de pouca importância empregados antigos e despede, jogando à miséria, os que têm menos de 10 anos de serviço.

Não fica aí, porém, a exploração da Light. Ainda recentemente foram despedidos, sem indenização alguma, nove menores que trabalhavam em Frei Caneca, sob a alegação de que não havia vagas para os mesmos e que não receberiam indenização em virtude de um contrato entre a empresa e o SENAI — o que é ilegal.

Ao contrário do que diz a Light, os menores executavam serviços de adulto, como o de fabricar caixas de distribuição para ligação de luz e força, serviços estes que, anteriormente, eram executados na Oficina de Frei Caneca.

## AMEAÇA AOS MOTORISTAS

Com relação aos motoristas também vêm sendo adotadas medidas que em muito prejudicam a classe. É o caso dos «picolés», nome dado aos empregados dos setores de Energia que tiram carteira de motorista e vão ocupar funções de motorista além das que normalmente executam. Em recompensa ganham estes empregados uma gratificação de mil cruzeiros que, atualmente, não basta nem para pagar uma simples infração ao Serviço de Trânsito (um avanço de sinal importa em multa de Cr\$ 1.200,00).

Os trabalhadores têm procurado o Sindicato, reclamando medidas contra esses abusos da Light.

## MILHARES DE PESSOAS NO LANÇAMENTO DA CAMPANHA EM SOROCABA

O LANÇAMENTO da Campanha em Sorocaba foi feito em um grande comício, com a presença de milhares de pessoas, que expressaram calorosa solidariedade aos jornais da imprensa popular e asseguraram, desde logo, sua disposição de tornar vitoriosa, no grande município paulista a jornada pela melhoria da imprensa democrática. O comício realizou-se no Ginásio de Esportes, com a presença de operários, estudantes, homens e mulheres do povo,

além de personalidades e líderes políticos do município. Uma Comissão Municipal foi eleita, sob a presidência de honra do prefeito Gilberto Moreira e tendo como secretário-geral o vereador Juvenal Campos. Fazem parte, ainda, da Comissão, os vereadores Joaquim Lucio Alves, do PTN, Antônio Aidar, do PSP, Osvaldo Prado de Almeida, do PTB, Dorival Marques, do PSB e Amadeu Ferreira, do PTN. Sorocaba contribuirá com Cr\$ 150.000,00 para a Campanha.

Interessante iniciativa de propaganda é a dos amigos de «Notícias de Hoje», de São Paulo, que o clichê reproduz. Milhares de carteirinhas de fãs-jóforos, com desenho e dizeres alusivos à Campanha e ao jornal popular paulista, estão sendo distribuídas e adquiridas pelos amigos da imprensa democrática daquele Estado. Eis uma boa experiência.

## AS EXPERIÊNCIAS DA CAMPANHA

ATÉ o momento nossas Sucursais não atenderam ao apelo que lhes vimos fazendo, para que enviem correspondência regular sobre a Campanha — e, particularmente, sobre as experiências desta — em seus Estados. É imprescindível que isso seja feito. Sem isso muitas iniciativas importantes, muitas experiências valiosas, cuja aplicação poderia ser proveitosa à Campanha, ficarão desconhecidas da maioria dos ajudistas. Não podem nossos agentes e Sucursais permanecer indiferentes a esse problema. Sua indiferença pelas experiências da Campanha revela subestimação pelas iniciativas que visam melhor ligá-la às massas e torná-la mais rapidamente vitoriosa.

# 20 MILHÕES

Para os Jornais do Povo

## SÃO PAULO À FRENTE DA CAMPANHA

O TERCEIRO milhão da Campanha Nacional Pró-Imprensa Popular será ultrapassado antes do dia 20: até essa data, São Paulo que está à frente da Campanha não somente na arrecadação, como na propaganda e na amplitude que a ela vem imprimindo, promete ultrapassar os dois milhões, alcançando 23% da quota do Estado.

No momento, o Distrito Federal aproxima-se do primeiro milhão, quota que São Paulo já arrecadou desde o dia 11 passado.

## A CAMPANHA DO RIO

Numerosas comissões e clubes do Rio estão participando, com entusiasmo, da Campanha. Até o momento, coube, às comissões arrecadar a maior parte da quantia já recolhida à Comissão Nacional. Os clubes, por sua vez, começam a destacar-se, merecendo um lugar especial os clubes Maria Quitéria (103% da quota), Rio Vermelho (87,6% da quota) e Farrroupilha (60% da quota).

## NO ESTADO DO RIO

O município fluminense de Cabo Frio está à frente da Campanha no Estado, com 22% de sua quota. Seguem-se São Gonçalo, com 16%, e Niterói, com 14%. O Estado do Rio já contribuiu com 12% de sua quota de um milhão de cruzeiros.

## MINAS: 500 MIL

Em apenas 11 dias de Campanha, os mineiros arrecadaram 500 mil cruzeiros. Pro-

## E OS DEMAIS?

Alguns entre os maiores Estados, até o momento, pouco ou nada recolheram à Comissão Nacional da Campanha. Entre estes encontram-se a Bahia, Pernambuco e Ceará. É injustificável o silêncio desses Estados frente à Comissão Nacional da Campanha.

## CATARINA

manifesto concitando o povo a contribuir com 200 mil cruzeiros para a imprensa popular, no Estado.

## EM SANTA

Personalidades de Florianópolis, entre as quais o presidente da Câmara Municipal e vereadores, lançaram um



# A LIBERDADE DE RELIGIÃO NA U.R.S.S.

1 — Uma cerimônia da Igreja Ortodoxa russa oficiada pelo Patriarca de Moscou e de toda a Rússia, Alexis (foto no alto, à esquerda), figura com toda a imponência do ritual. O Patriarca, de vestes brancas, vem à frente da procissão, seguido de seus acólitos. 2 — A delegação da Igreja Anglicana chefiada pelo Arcepreste de York, A. Ramsay, (foto no alto, à direita) assiste ao serviço religioso na catedral de Moscou. A visita dos representantes da religião oficial da Inglaterra...

IMPRESSONADAS com o que escrevem os jornais que tudo fazem para reviver a «guerra fria» e estimular incompreensões entre os países de diferentes regimes, muitas pessoas perguntam se existe liberdade de religião na URSS. A curiosidade é natural, levando-se em conta que é ainda pequeno o intercâmbio entre nosso país e a URSS e que o esforço pela melhoria desse intercâmbio ainda é unilateral: é feito apenas pela URSS. Estado que pela própria natureza do regime socialista é interessado em desenvolver as relações amistosas com todos os países.

ça do século XVIII. Não poderia, portanto, deixar de fazer parte das conquistas do socialismo vitorioso, que representa uma etapa social superior. Por isso, a Constituição Soviética, promulgada em 1936, diz em seu artigo 124:

«A fim de assegurar aos cidadãos a liberdade de consciência, a Igreja, na URSS, é separada do Estado e a escola da Igreja. A liberdade de prática dos cultos e a liberdade da propaganda anti-religiosa são reconhecidas a todos os cidadãos.»

ISTO quer dizer que o Estado Socialista Soviético não reconhece o predomínio de uma religião sobre outra, como era no tempo do tsarismo em que a Igreja Ortodoxa Russa era oficial, que a Igreja não pode intervir nos negócios do Estado, assim como era no Brasil após a proclamação da República, e que o ensino é laico, isto é, que a escola é separada da Igreja, não se admitindo, portanto, ensino religioso nas escolas oficiais. (Note-se que na URSS exist...

ENTRE as delegações brasileiras que visitam a União Soviética existem, como é natural, pessoas religiosas, e estas, segundo depoimento na imprensa, têm assistido a atos religiosos no País do Socialismo. E é natural. A liberdade de religião é uma conquista anterior à Revolução Socialista de Outubro. É uma conquista da revolução burguesa da Fran-

tem seminários religiosos em pleno funcionamento).

AO lado dessas conquistas, entretanto, há outra importante conquista que o Estado soviético preserva: é a liberdade de propaganda anti-religiosa. Esta não consiste em combater uma ou outra religião. Absolutamente. Todas as religiões são livres de funcionar. Muçulmanos ou evangelistas, budistas ou ortodoxos, católicos ou batistas — todos têm iguais direitos. Na URSS a religião é, de verdade, uma questão de foro íntimo. Esta liberdade a que se refere a Constituição consiste na propaganda científico-atéista.

COMO se sabe, o Partido Comunista educa os cidadãos soviéticos de acordo com a concepção materialista marxista-leninista. Por todo o País do Socialismo existem milhares de Palá-

cios de Cultura, clubes, recantos veranieiros da juventude, bibliotecas, salas de leitura. Nestas instituições é que, baseada nos exemplos da vida, circula vasta literatura em que esses mesmos fatos são interpretados de forma materialista, de acordo com os conhecimentos científicos mais avançados e afastadas as sobrevivências ligadas a superstições e preconceitos do passado. Por isso dificilmente poderá encontrar-se em nosso tempo outro país em que os conhecimentos científicos tenham tão ampla difusão quanto na URSS, o que atesta o alto índice do progresso cultural atingido pela sociedade so-

cialista. NAS FOTOS, ampla documentação sobre a liberdade de religião existente na URSS. Todas elas foram batidas no corrente ano e focalizam atos de diferentes seitas e credos religiosos.



O metropolita Elias Salibi, de Beiruth, Líbano e a abadessa Maria Maluf, do convento de Sednaik (Síria) visitaram instituições e participaram de grande número de solenidades religiosas na sua estada em junho deste ano na URSS. Ao percorrer a Galeria Tretiakov (foto acima), o metropolita de Beiruth detem-se diante das célebres obras de Andrei Rublov e Danila Tchorni ali expostas (TASS)



Uma delegação do Conselho nacional das igrejas cristãs dos Estados Unidos esteve na URSS em março deste ano, tendo visitado o mosteiro de Troitse-Serguieva, em Zagorsk. Durante os serviços religiosos realizados na catedral de Troitse, aparecem os visitantes norte-americanos (TASS)



A religião budista é professada em vários países asiáticos, entre os quais o Cambodge. Durante a recente visita do Príncipe do Cambodge, N. Cianuk, à União Soviética, em companhia do «Premier» Kim Tit, os dois homens de Estado visitaram os chefes dos budistas da URSS. (Na foto, os lamas Gomboev e Charapov oferecem presentes ao Príncipe Cianuk. (TASS)